

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

LEILA APARECIDA MACIEL DE LAVOR

**DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DA LEITURA E ESCRITA DE ALUNOS DO
4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**CAJAZEIRAS/PB
2017**

LEILA APARECIDA MACIEL DE LAVOR

**DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DA LEITURA E ESCRITA DE ALUNOS DO
4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Pedagogia, da Unidade Acadêmica de Educação, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande - Campus de Cajazeiras/PB, como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profª Drª Zildene.Francisca Pereira.

**CAJAZEIRAS/PB
2017**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764
Cajazeiras - Paraíba

L414d Lavor, Leila Aparecida Maciel de.
 Dificuldades de aprendizagem da leitura e escrita de alunos do 4º ano
 do ensino fundamental / Leila Aparecida Maciel de Lavor. - Cajazeiras,
 2017.
 68f.
 Bibliografia.

 Orientadora: Profa. Dra. Zildene Francisca Pereira.
 Monografia (Licenciatura em Pedagogia) UFCG/CFP, 2017.

 1. Dificuldades de aprendizagem. 2. Leitura e escrita. 3. Ensino
 fundamental. I. Pereira, Zildede Francisca. II. Universidade Federal de
 Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU - 37:028

LEILA APARECIDA MACIEL DE LAVOR

**DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DA LEITURA E ESCRITA DE ALUNOS DO
4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Aprovada em ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

**Profª. Drª. ZILDENE FRANCISCA PEREIRA
(ORIENTADORA – UAE/CFP/UFCG)**

**Profa. Drª MARIA GERLAINE BELCHIOR AMARAL
(MEMBRO TITULAR – UAE/CFP/UFCG)**

**Prof. Mestranda MARIA THAIS DE OLIVEIRA BATISTA
(MEMBRO TITULAR – UAE/CFP/UFCG)**

**Prof. Drª MARIA DE LOURDES CAMPOS
(MEMBRO SUPLENTE – UAE/CFP/UFCG)**

DEDICATÓRIA

Durante toda a minha permanência na Universidade, enfrentei inúmeras dificuldades, mas pude contar, durante a caminhada com o apoio, o carinho e dedicação de muitas pessoas, que sem elas não teria sido possível e a minha família, foi o suporte que me possibilitou chegar até o fim.

Dedico esse trabalho, em especial, a minha filha Monique, que sem o seu apoio e compreensão não teria conseguido;

Ao meu esposo Jimmy, que nunca mediu esforços para que esse sonho se tornasse possível;

Aos meus pais Pedro Pastor e Maria do Socorro, que tanto me apoiaram nessa luta e a minha irmã Fátima que esteve sempre ao meu lado e nunca me deixaria desistir desse sonho.

AGRADECIMENTOS

Tantas são as pessoas a quem quero agradecer, pela materialização desse sonho tão grandioso. Quando penso nas inúmeras dificuldades que enfrentei para chegar até aqui, penso em todas as pessoas que me acompanharam, direto ou indiretamente, que tornaram a caminhada mais leve.

Agradeço primeiramente a Deus, que encaminhou tudo da maneira mais ajustada possível;

A minha filha querida e amada pela força e compreensão, pela maturidade que lhe foi exigida tão cedo, por todas às vezes que abdicou do direito de dormir, na companhia da mãe em função desse projeto;

Ao meu esposo querido, que sempre me apoiou, e me deu força para seguir, sempre incentivando, mesmo diante de todas as adversidades;

Aos meus pais, que embarcaram juntos comigo nesse sonho, pelos bons exemplos com que me educaram;

Aos meus irmãos, que direto ou indiretamente me incentivaram;

Aos sobrinhos, aos amigos antigos e aqueles que conquistei na universidade;

A todos os professores que contribuíram com a minha formação, em especial a professora e orientadora Dr^a Zildene Pereira, que desde as primeiras disciplinas, me possibilitou sonhar ir além, pelas vezes que me escutou sem nenhum questionamento, pelas palavras certas no momento certo e por toda paciência com que conduziu essa orientação, tornando real as possibilidades de finalização da monografia;

Cada um de vocês foi essencialmente importante para que cada momento acontecesse e a cada um de vocês o meu, mais sincero, agradecimento e gratidão.

[...] Por trás de uma criança que pega o lápis, dos olhos
que olham,
ouvidos que escutam, há uma criança que pensa..

(Ferreiro. 1985, p. 68)

RESUMO

Trabalhamos na presente monografia o tema dificuldades de aprendizagem em leitura e escrita. A temática surgiu a partir da experiência vivenciada, por muitos anos, com alunos de reforço e de relatos constantes e angustiantes de colegas professores de Escolas de Ensino Fundamental da cidade de Umari-CE e de pais de alunos. A pergunta de partida é: O que leva alunos do 4º ano do Ensino Fundamental a não saberem ler e escrever. Para responder ao questionamento temos como objetivo geral: Analisar as principais dificuldades de leitura e escrita de alunos de 4º ano do Ensino Fundamental e como objetivos específicos: realizar um levantamento, junto à professora da turma, acerca dos alunos que não sabem ler e escrever; discutir a problemática da aprovação automática na Escola Pública e refletir as consequências do não aprendizado da leitura e da escrita para a vida escolar de alunos do 4º ano. Partindo dessa problematização realizamos um estudo de campo com alunos e professores de uma instituição pública na cidade de Umari/CE e verificamos quais os fatores que interferem no desenvolvimento da leitura e da escrita dos alunos. Partimos do pressuposto de que o processo de alfabetização tem sido um desafio presente na profissão docente, uma vez que em decorrência de muitos fatores intervenientes, tende a não se efetivar nos primeiros anos do Ensino Fundamental, tornando-se um problema a ser enfrentado nos anos seguintes, pois leva o aluno a ficar retido ou a ser aprovado automaticamente, os quais atrapalham o desenvolvimento do aluno, levando-o a perder o estímulo pelas aulas e, conseqüentemente, evadir-se do ambiente Escolar. A pesquisa está fundamentada, principalmente, nas discussões de Luckesi (2011); Vasconcellos (2014); Ferreira (2011), dentre outros, que nos permitiram chegar à conclusão de que é necessário uma ressignificação das práticas pedagógicas presentes na educação.

Palavras-chave: Dificuldades de Aprendizagem. Leitura e Escrita. Progressão Continuada.

ABSTRACT

This monograph works the theme of learning difficulties in reading and writing. The thematic came from personal experience, from many years, with students from Cram schools and from frequent distressing reports of coworkers from elementary schools of Umari-CE and parents of students.

The starting question is about what makes the students from the 4^o year of middle school to not know how to read and write. To answer the questioning we have as the general goal: to analyze the main difficulties of reading and writing of students from the 4^o year of elementary school. And as specific goals: To conduct a survey, together with the class teacher, about the students that don't know how to read and write; to discuss the problem of the automatic acceptance in public schools and to reflect the consequences of not learning how to read and write for the school life of students from the 4^o year.

Starting from this problem, we performed a field study with students and teachers from a public school from Umari/CE and we verified which are the reasons that interfere in the development of the reading and writing of the students. Starting from the assumption that the process of literacy has been a present challenge in the teaching profession, as a result of many intervening factors, tend to not be effective in the first years of elementary school, turning in a problem to be solved during the following years, because it makes the student to become withheld or approved automatically, both of which disturb the development of the student, causing him to lose the motivation for the classes and, consequently, the evasion of the school environment. The reserch is based, mainly, on the theories of Luckesi (2011); Vasconcellos (2014); Ferreiro (2011), among others, that allowed us to come with the conclusion that is required a redetermination of the teaching practices present in education.

Key words: Learning Difficulties. Reading and Writing. Continued Progression.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1. A IMPORTÂNCIA DA APRENDIZAGEM DA LEITURA E DA ESCRITA.....	12
1.1 Dificuldades e transtornos específicos de aprendizagens.....	17
1.2 Dificuldades de aprendizagem, fracasso escolar e seus múltiplos fatores.....	22
2. PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS.....	27
2.1. Tipo de pesquisa.....	27
2.2. Caracterização do local pesquisado e dos sujeitos da pesquisa.....	31
2.3. Instrumento de coletas de dados.....	32
3. ANÁLISE DA PESQUISA: DIFERENTES OLHARES SOBRE PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM.....	34
3.1 Análise da pesquisa: diferentes olhares sobre problemas de aprendizagem.....	34
3.2 Ensino da leitura e da escrita segundo professoras do 4º ano do ensino fundamental: ressignificar práticas pedagógicas.....	45
3.3 Dificuldades ou transtornos de aprendizagens: o que pensam professoras.....	51.
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS.....	57
APÊNDICE A-TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PROFESSORAS)	59
APÊNDICE B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (ALUNOS)	61
APÊNDICE C-DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO E ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	63
APÊNDICE D DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DAS PROFESSORAS E ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	65

INTRODUÇÃO

O desinteresse pela leitura é um grave problema, pois a falta de informação leva à preguiça mental e conduz a humanidade ao caos social e cultural; (PINHEIRO, 1988, p.25).

A dificuldade de aprendizagem, embora seja um tema bastante analisado e debatido por profissionais e pesquisadores das áreas da neurociência, psicologia e da educação, e sendo esse um grave problema enfrentado por professores e alunos do Ensino Fundamental de muitas Escolas, ainda suscita dúvidas e questionamentos.

É possível enfatizar que as dificuldades ou transtornos de aprendizagem decorrem de fatores múltiplos, podendo ser internos ou externos ao sujeito. Como fatores internos podemos pensar nos de ordem neurológicas, que estão ligados a funções cerebrais, como as lesões, falhas no desenvolvimento cerebral e as irregularidades no cérebro, que estão ligadas a falhas nas conexões dos neurotransmissores (BARBOSA, 2015). Já os externos dizem respeito ao meio em que o indivíduo está inserido, como a Escola e suas práticas pedagógicas, família e o contexto sócio-político-cultural. Esses problemas são as principais causas da evasão escolar. Muitas crianças chegam ao 4º ano do Ensino Fundamental sem ter desenvolvido as habilidades de leitura e escrita, tornando-se vítimas impotenciais da exclusão escolar.

Os profissionais da Educação, antes de adentrarem ao problema, precisam compreender os conceitos de dificuldades e de transtornos de aprendizagem que indicam duas situações distintas. As dificuldades de aprendizagem estão voltadas a fatores externos, ao meio que envolve o aluno, podendo este ser solucionado com métodos pedagógicos. Ou seja, estamos nos referindo a indivíduos que possuem uma maneira diferente de aprender. Já os transtornos de aprendizagem se referem aos problemas neurológicos, ligados a capacidade cerebral, que requerem um acompanhamento por profissionais da área.

A escolha desse tema partiu da experiência vivenciada, por muitos anos, com alunos de reforço e de relatos constantes e angustiantes de colegas professores de Escolas de Ensino Fundamental da cidade de Umari-Ce e de pais de alunos, que enfrentam a, triste, realidade de verem seus filhos carregando, ano após ano, a mesma dificuldade sem uma assistência adequada. A partir dessas vivências foi possível perceber a importância da aprendizagem da leitura e da escrita para esses alunos. Partindo dessa ideia foi realizada uma pesquisa de

campo com alunos do 4º ano do Ensino Fundamental, a professora da turma e os pais ou responsáveis da Escola de Ensino Fundamental Padre Manoel Pereira.

O processo de alfabetização tem sido um desafio presente na profissão docente, uma vez que em decorrência de muitos fatores interferentes, tende a não se efetivar nos primeiros anos do Ensino Fundamental, tornando-se um problema a ser enfrentado nos anos seguintes, pois leva o aluno a ficar retido ou a ser aprovado automaticamente, os quais atrapalham o desenvolvimento do aluno, levando-o a perder o estímulo pelas aulas e, conseqüentemente, evadir-se do ambiente escolar.

Com a nova LDB (BRASIL. Lei 9394/96, 2012, Art. 32) surge uma nova proposta, dentro do sistema de aprovação, a progressão continuada, que visa à diminuição do índice de reprovação. A proposta é, de fato, interessante, pois tem como objetivo a recuperação do aluno. Dentro de um ciclo de dois anos, o aluno poderá recuperar, paralelamente, o que não foi apreendido, mas infelizmente essa proposta não se efetiva na prática de muitos professores, logo os alunos são aprovados de forma mecânica e automática.

É importante compreendermos que a reprovação não é solução para os problemas, uma vez que ela não possui a função de diagnosticar os problemas existentes, na perspectiva de solucioná-los, ao contrário, a reprovação possui o caráter punitivo e excludente. Assim, como a aprovação sem o objetivo de recuperação do aluno não seja.

O agir docente baseado, simplesmente, no cumprimento de exigências de documentos oficiais não contempla, de fato, as necessidades do aluno, que é a aprendizagem eficiente. Dentre os fatores aos quais está ligada a aprendizagem da leitura e da escrita dos discentes, destacamos o papel do docente como fundamental nesse processo, uma vez que atua, diretamente, com as dificuldades dos alunos.

Cabe ao professor observar, atentamente, como os conteúdos ministrados estão sendo processados pelos alunos. Sendo diagnosticado, que não é tarefa fácil, ao invés de atestá-lo como incapaz e retê-lo é importante tentar conhecer as causas e buscar uma nova metodologia ou encaminhar aos serviços especializados. Não há um modelo padrão para ensinar, pois os alunos possuem formas diferentes de aprender.

Para a efetivação dessa pesquisa elaboramos a seguinte problemática: O que leva alunos do 4º ano do Ensino Fundamental a não saberem ler e escrever. Para responder a esse questionamento elaboramos como objetivo geral analisar as principais dificuldades de leitura e escrita de alunos de 4º ano do Ensino Fundamental. Para isto apresentamos os objetivos específicos: realizar um levantamento, junto à professora da turma, acerca dos alunos que não sabem ler e escrever; discutir a problemática da aprovação automática na escola pública e

refletir as consequências do não aprendizado da leitura e da escrita para a vida escolar de alunos do 4º ano.

A monografia está organizada em 3 capítulos compostos por referencial teórico, metodologia e análise de dados. O primeiro capítulo apresenta a importância da aprendizagem da leitura e da escrita, as dificuldades e transtornos específicos de aprendizagens, os múltiplos fatores responsáveis pelas dificuldades de aprendizagem e pelo fracasso escolar dos educandos na visão de diversos autores. O segundo capítulo traz a metodologia utilizada na pesquisa. O terceiro capítulo apresenta a análise dos dados coletados, no qual serão analisadas as respostas dos cinco alunos do 4º ano que apresentam dificuldades de aprendizagem na leitura e na escrita, e das três professoras da mesma série, analisando e comparando as informações apresentadas pelos membros da pesquisa com os conceitos de autores, a partir do problema levantado: O que leva alunos do 4º ano do Ensino Fundamental a não saberem ler e escrever. Para responder ao questionamento temos como objetivo geral: Analisar as principais dificuldades de leitura e escrita de alunos de 4º ano do Ensino Fundamental. E como objetivos específicos: realizar um levantamento, junto à professora da turma, acerca dos alunos que não sabem ler e escrever; discutir a problemática da aprovação automática na escola pública e refletir as consequências do não aprendizado da leitura e da escrita para a vida escolar de alunos do 4º ano.

Nas considerações finais conseguimos apreender que as dificuldades de aprendizagens da leitura e da escrita provêm de diversos fatores, sendo eles interno e externos ao aluno e que a aquisição dessas habilidades, assim como toda e qualquer aprendizagem no âmbito escolar são processos complexos e que envolve um esforço coletivo por parte do tripé: alunos, famílias e escola.

1. A APRENDIZAGEM DA LEITURA E DA ESCRITA

A leitura, como prática social,
é sempre um meio, nunca um fim.

(PCN, Língua Portuguesa, v.2, p.57).

Em uma sociedade de classes onde a cultura dominante determina, de forma cruel, a posição social de cada indivíduo, baseada no poder aquisitivo e no grau de instrução formal que cada um possui, a leitura e a escrita se tornam indispensáveis. Atentos a esse fato e em meio a tantas discussões sobre o processo de aprendizagem da leitura e da escrita de crianças em fase escolar, julgamos ser necessário fazer uma reflexão crítica acerca da função que ambas possuem na sociedade contemporânea, não apenas na educação escolar como objeto de conhecimento, como habilidades possibilitadoras de novas aprendizagens essenciais e necessárias ao educando, mas também como ferramenta de inserção social.

Não pensamos que ler e escrever sejam a aprendizagem primária, nem tampouco a mais importante, desconsiderando ou inferiorizando os demais conhecimentos que o aluno leva à escola ou aprende lá, antes de ser alfabetizado, pois é ou deveria ser do conhecimento de todo professor alfabetizador que todo conhecimento é válido e que a aquisição das novas aprendizagens devem partir do conhecimento que a criança já leva consigo. Ignorar esse fato é o mesmo que ignorar a importância cultural do educando e fortalecer essa política de classes que permeia o processo educativo. Como bem enfatiza Freire (2000, p.11) quando diz que “A leitura do mundo precede a leitura da palavra [...]. Podemos enfatizar que a partir do momento em que o aluno, antes de compreender o sistema da leitura e da escrita domina a leitura da realidade, conseguirá compreender as coisas a sua volta e mais facilmente se apropriará do sistema escrito.

Não pretendemos enfatizar a ideia de que exista um conhecimento mais ou menos importante, pois todo conhecimento é válido quando bem aproveitado. O que almejamos é, por meio dessa discussão, chamar a atenção à importância do ato de ler e escrever, e que a partir da apropriação dessas habilidades, o aluno compreenda sua realidade e construa seus próprios conhecimentos, pois a autonomia do indivíduo é um ponto relevante na construção do próprio conhecimento.

A leitura possibilita ao aluno receber e transformar as informações em conhecimento dentro e fora do contexto escolar. É comum ouvirmos de adultos não alfabetizados, principalmente nas nossas próprias residências que ‘a pessoa que não sabe lê e escrever é

cega'. Essa expressão está relacionada a necessidade que o analfabeto tem de compreender o que está escrito por meio de intermediários, ou seja, a pessoa vê as letras, mas não sabe o que significa. O que torna, a nosso ver, a não aprendizagem um grande desafio a ser enfrentado em todas as séries escolares, principalmente das escolas públicas, uma vez que é onde demanda mais atenção, por receber a maior 'fatia' da população. De acordo com Solé (1998, p.42)

Um dos múltiplos desafios a ser enfrentado pela escola é o de fazer com que os alunos leiam corretamente. Isto é lógico, pois a aquisição da leitura é imprescindível para agir com autonomia nas sociedades letradas e ela provoca uma desvantagem profunda nas pessoas que não conseguem realizar essa aprendizagem.

Embora existam leis que garantam a acessibilidade de todos os cidadãos brasileiros à educação, isso não garante a efetividade da aprendizagem, não elimina o alto índice de analfabetismo existente no Brasil, esse quadro se torna cada vez mais agravante diante da explosão tecnológica a qual estamos expostos, no sentido de que exigem-se mais habilidades intelectuais para lidarmos com as novas mídias e, o desconhecimento dos códigos linguísticos limitam e, em muitas ocasiões, impossibilitam o acesso.

Temos o conhecimento que desde os anos de 1970 vem-se intensificando o combate ao analfabetismo no país, porém os resultados, ainda, não são satisfatórios, o número de crianças sem domínio de leitura e escrita, dentro e fora das instituições de ensino, ainda, é significativo. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2004) mostram que o Brasil, em 1970 contava com 40% da população, geral, de analfabetos, a partir de 1980 reduziu-se essa taxa, caindo para 22% em 1990, chegando a 11,6% em 2003.

Quando falamos do índice de analfabetismo no Brasil, não estamos colocando em pauta os analfabetos funcionais, que para Solé (1998) são aqueles que decodificam, mas não processam a informação, não percebem o significado dos escritos, nem tampouco constrói um conhecimento a partir das leituras feitas. A preocupação com o analfabetismo tem enfoque, apenas nos analfabetos reais, que são os que não conseguem decodificar. Se acrescentassem aos índices todos os analfabetos funcionais do Brasil teríamos, certamente, um número ainda maior.

Para não nos determos apenas a importância social da leitura e da escrita, pensaremos nesse processo dentro do contexto escolar, na sistematização do seu desenvolvimento. Apresentaremos a concepção de Dias (2011) que vê a leitura e a escrita como processos distintos, porém interligados entre si. Primeiro o educando compreende a palavra escrita para,

posteriormente, se apropriar da escrita, propriamente dita. Assim, quando a escola trabalha com os dois processos de forma dissociada comete um equívoco, que tem como consequência, a aprendizagem ineficiente, onde o aluno se limita a reproduções sem compreender o sentido da palavra, somente decodificando os signos linguísticos. Segundo Dias (2001, p.42):

[...] ler é atribuir diretamente (ou seja, sem intermediários) um sentido a algo escrito, um texto questionando esse escrito a partir de uma necessidade e/ou expectativas reais de situações de vida (que são diferentes das simulações escolares).

É importante a compreensão, por parte do docente, acerca da relevância existente entre o ato de aprender e de ensinar, podendo assim repensar, constantemente, sua prática em sala de aula com a perspectiva de acompanhar a aprendizagem do aluno, pois as práticas pedagógicas utilizadas pelo professor, em sala de aula, tem um importante papel na aquisição de novos conhecimentos dos alunos.

Para Ferreiro (2011) existem práticas que excluem a criança do processo de aprendizagem tornando-a um sujeito que recebe as informações de forma mecânica, uma mera reprodutora de informações que não consegue refletir sobre o que está sendo transmitido. Essa aprendizagem mecanizada não possibilita ao aluno perceber a importância e o encanto da leitura. A autora reafirma de modo enfático que “Nenhuma prática pedagógica é neutra. Todas estão apoiadas em certos modos de conceber o processo de aprendizagem e o objeto dessa aprendizagem” (FERREIRO, 2011, p. 33).

Os processos de leitura e de escrita devem ocorrer de forma progressiva partindo da compreensão de palavras, frases, textos e seguindo sempre com textos cada vez mais complexos. A aprendizagem da leitura não é finalizada quando o aluno aprende a decodificar os signos da língua, mas quando ele consegue compreender informações escritas ou transmitir, por meio da escrita, uma informação, ou seja, estabelecer uma comunicação por meio da leitura e da escrita não significa que a aprendizagem foi efetivada e o processo finalizado, mas essa aprendizagem que é tão exigida nos anos iniciais de escolaridade, se estende por todos os anos de vida do sujeito, pois vai sempre surgir um texto com um grau de complexidade, ainda, não enfrentado.

Ferreiro (2011) fortalecendo o que já havíamos discutido anteriormente reforça que a aprendizagem da leitura e da escrita começa muito antes da escolarização, embora muitos professores não aceitem essa ideia. Desde muito cedo, a criança já tem contato com o universo dos textos escritos por meio dos livros (estórias contadas) a criança participa do processo de leitura, ela reproduz ou reconta uma estória a partir da leitura feita pelo adulto e

com o auxílio das figuras ilustrativas. Com o acesso da criança às mídias tecnológicas e através do contato com todas as informações dispostas nas ruas, ela se apropria mais rapidamente da leitura e da escrita. Assim, a criança já chega à escola levando certo conhecimento, que na maioria das vezes é ignorado pelo professor, por considerar, como único meio de aquisição do conhecimento, o ensino formal.

Dessa forma, a criança, quando chega à escola acaba se sentindo desorientada com todas as novas aprendizagens a que são submetidas. Imagine um adulto, que embora sendo alfabetizado, é submetido a um sistema de escrita ao qual nunca teve acesso, um material escrito em outra língua. Ele, certamente, se sentirá desorientado, não conseguirá compreender as informações dispostas. De acordo com Ferreiro (2011) quando há figuras presentes no material, tanto o adulto citado anteriormente, quanto a criança, não alfabetizada, será capaz de perceber, embora não dominem as escritas desconhecidas, do que se trata o texto.

Por meio das imagens a criança compreende o contexto, por que em algum momento, essas imagens já lhes foram apresentadas, são os conhecimentos prévios que o aluno traz à sala de aula e que o professor não pode desconsiderar, uma vez que esses conhecimentos lhes servirão como ponto de partida para os novos. Assim, podemos compreender que a aprendizagem da leitura é um processo complexo que abrange o quê e como se ensina e o para quem e como se aprende.

Partido da concepção de que a forma como a criança aprende determina o efeito do ensino, leva o profissional docente a refletir criticamente sobre o ato de ensinar. Assim, é errôneo pensar que uma metodologia baseada em sistemas de ensino de contextos educacionais mais desenvolvidos garantirá uma educação de qualidade. Se a prática metodológica não atender a realidade e as possibilidades de aprendizagem do aluno, ela não terá efetividade, pois o que se ensina não terá eficácia se não for internalizado pelo aluno.

Podemos afirmar que não pretendemos atribuir o fracasso da alfabetização ao professor, uma vez que temos conhecimento dos diversos fatores que influenciam no processo de aprendizagem do aluno, mas queremos chamar à atenção para a importância de compreendermos o tempo e o modo de aprendizagem de cada educando.

Embora a aquisição da leitura e da escrita se inicie desde muito cedo, existem ações sistemáticas para fazer o aluno compreender o sistema alfabético de escrita. De acordo com Ferreiro (2011, p. 68 *apud* Ferreiro e Teberosky 1979) existe “[...] uma série de passos ordenados antes que a criança compreenda a natureza de nosso sistema alfabético de escrita.” O estudo realizado pelas autoras acerca do processo de alfabetização buscou compreender os níveis de desenvolvimento da criança. As averiguações procuram comprovar o papel que cada

sujeito ocupa no processo do desenvolvimento da escrita de palavras. Através dos estudos realizados, as autoras definiram cinco níveis de desenvolvimento da escrita a partir da compreensão que o aluno tem acerca da sua utilidade.

Ferreiro e Teberosky (1986) delineiam o processo, sistematizado, do desenvolvimento da escrita, denominando-o de psicogênese da língua escrita, onde essa aprendizagem está dividida em cinco níveis: O **pré-silábico** onde a pessoa já consegue diferenciar desenhos de letras, ou seja, ela já compreende que a escrita tem uma função social. A quantidade de letras que ela utiliza para escrever uma palavra é proporcional ao tamanho do objeto. No nível **silábico** a criança já consegue estabelecer uma relação entre o som e a escrita, já utiliza as letras que fazem parte da palavra (uma letra representando uma sílaba). No **silábico-alfabético** o sujeito começa compreender que a palavra é formada por sílabas e que as sílabas podem ter duas ou mais letras. No nível **alfabético** o sujeito já consegue representar as palavras por meio da escrita, porém, ainda, escreve da forma que fala. O **ortográfico** é o nível onde o sujeito vai permanecer sempre, uma vez que o conhecimento ortográfico é contínuo.

Há, por parte dos professores, uma grande inquietação quanto à aquisição da leitura e da escrita, suscitando discussões acerca das principais habilidades a serem desenvolvidas, e sempre há um impasse no que concerne a essas aprendizagens. Há profissionais que acreditam que a leitura deve preceder a escrita, enquanto outros acreditam que os alunos devem se apropriar, primeiramente, da escrita para depois dominar a leitura, no entanto Ferreiro (2011, p. 37) afirma que a leitura deve ocorrer antes da aprendizagem da escrita “[...] espera-se habitualmente que a criança possa ler antes de escrever por si mesma (sem copiar).” Embora sejam distintos os dois processos e não sigam a mesma ordem cronológica na aprendizagem, existe uma relação de dependência entre os dois.

Não poderíamos falar de aprendizagem efetiva da leitura se a criança não consegue transcrever um pensamento ou algo que leu da mesma forma que ela não conseguisse ler o que escreveu. Assim, pensamos que a leitura e a escrita possuem níveis de importância equivalentes entre si, que a ordem na aprendizagem não torna um processo mais importante ou com grau de complexidade maior que o outro.

Independente da ordem de aprendizagem, o sistema de leitura e escrita se constitui como uma etapa muito importante, pelo impacto presente nas atividades escolares e na interação social da criança com o meio no qual está inserida. Não podemos apresentar uma fórmula para o desenvolvimento dessas habilidades, uma vez que cada criança possui uma singularidade na forma de aprender, mas, enquanto educadores e facilitadores da

aprendizagem podemos desenvolver estratégias que contemplem as necessidades de aprendizagem dos alunos.

1.1 Dificuldades e transtornos específicos de aprendizagens.

A aprendizagem mais exigida da criança ao adentrar à escola é a da leitura e da escrita, embora as demais aprendizagens não sejam ignoradas, a atenção maior, por parte de pais e professores gira em torno da alfabetização. A escola trabalha com uma modalidade de ensino que contempla várias áreas do conhecimento, mas o foco principal está voltado ao desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita.

Crianças bem pequenas são introduzidas no processo de alfabetização, sendo exigidas habilidades que, muitas vezes, elas ainda não possuem. A ansiedade dos pais para que esse processo se efetive de forma rápida leva a escola a trabalhar na perspectiva de alfabetizar desde o ingresso da criança na escola, deixando de contemplar, muitas vezes, outras áreas essencialmente importantes do conhecimento. Quando essa aprendizagem não se efetiva de forma homogênea, que é o mais comum em todas as salas de alfabetização, pois cada criança possui suas peculiaridades e não desenvolvem as mesmas habilidades ao mesmo tempo, esse fato gera, nos professores, certa ansiedade e nos pais muita insatisfação.

Assim, pensamos sobre esse processo de aprendizagem a partir de diferentes reflexões e uma delas está voltada para o não entendimento acerca das dificuldades de apropriação de determinados conhecimentos como a leitura e a escrita por parte de alguns alunos. Diante dessas reflexões fomos levados a pensar sobre as dificuldades existentes nas salas de alfabetização, pois alguns alunos aprendem a ler e a escrever de forma natural, fazendo com que o processo pareça simples, enquanto para outros envolve um esforço pessoal e pedagógico muito maior. Ambas situações quando vivenciadas em um mesmo contexto produz nos pais grandes decepções e nos docentes frustrações, pois a culpa é sempre atribuída ao professor.

Embora a aquisição da leitura e da escrita seja, para alguns, seja um processo natural, não podemos considerá-lo simples, uma vez que exigem, de qualquer aluno, novas habilidades. Começam-se a exigir da criança a compreensão dos fonemas, a percepção dos sons e sua relação com a escrita. Se pensarmos no som e na escrita das palavras, percebemos o grau de complexidade existente nesse processo.

Para uma criança compreender que uma determinada letra possui sons diferentes dependendo da sua localização na palavra, exige dela habilidades que até então não foram

trabalhadas. Por exemplo, a letra ‘C’ e ‘G’ dependendo da vogal que a segue possuem sons diferentes. Nas palavras cebola e Cabelo ou gelo e goiaba, a vogal que precede a consoante modifica o som da sílaba. Para uma criança em fase de alfabetização, isso causa muita confusão e esse é um exemplo não tão complexo se compararmos com palavras cujo grau de dificuldade é mais acentuado. Vale salientar que essas dificuldades de compreensão estão presentes em crianças que não apresentam nenhum tipo de transtornos.

De acordo com Solé (1998) a não aprendizagem dos alunos é um problema de ordem mundial, mas sabemos que afeta, principalmente, os países subdesenvolvidos, onde a educação oferecida pelas escolas públicas não atende, de fato, as necessidades globais dos alunos. Falamos da escola pública por ser o sistema educacional que nos interessa, já que esse atende a grande maioria da população. Com a democratização do ensino, houve um aumento significativo de crianças inseridas nas escolas públicas e uma grande ‘fatia’ das classes populares passou a ter acesso ao ensino institucionalizado. O que nos leva pensar se esse fato está subjacente ao problema de aprendizagem e ao fracasso escolar dos educandos. Esse contexto nos induz a repensar sobre os principais problemas que impede que ocorram nas escolas públicas, uma educação que contemple, de fato, as necessidades dos alunos.

Percebemos que a superlotação das salas de aula é um grave problema, mas não é o único. As diversas teorias desenvolvidas por estudiosos do campo da educação buscam, muitas vezes, explicar e até simplificar o problema do fracasso escolar, atribuindo o problema às metodologias utilizadas por professores, a fatores sociais, falta de qualidade no ensino, entre outros fatores.

Todos esses fatores contribuem para a má qualidade do ensino e da não aprendizagem, mas como educadores, que vivenciamos o cotidiano de uma escola e somos sabedores que essa reflexão é bem mais complexa, pois exige que se acrescente mais elementos a essa problemática, uma vez que a aprendizagem é relativa a individualidade de cada educando. Não estamos descartando nenhuma possibilidade, mas também não podemos atribuir o problema a um determinado fator, em particular, uma vez que existem diversos caminhos que nos levam a não aprendizagem dos alunos.

Existe um quadro delicado, no que diz respeito ao desenvolvimento intelectual dos educandos. Tomando as ações docentes como ponto de partida para a busca da compreensão das dificuldades de aprendizagem, podemos pensar na metodologia usada na sala de aula, que na perspectiva de Ferreiro (2011), o que deve ser levado em consideração no processo de aprendizagem em relação à metodologia do professor é a distinção entre o que o professor

ensina e o que o aluno aprende, a forma como o professor ensina deve ser pensada a partir da forma como a criança aprende.

Embora haja esse entendimento, muitos professores alfabetizadores têm analisado e discutido acerca da metodologia mais eficaz no processo de ensino e aprendizagem. Existem divergências quanto a melhor forma de ensinar o aluno a ler, alguns professores acreditam nesse ensino de forma mais global, partindo do todo para as partes, ou seja, primeiro o aluno aprende a reconhecer as frases e, posteriormente, reconhecer as palavras, sílabas e letras. Outros acreditam que a metodologia mais eficaz é aquela que parte do ensino da unidade menor que é a letra, em seguida as sílabas, palavras, frases até que o aluno tenha condições de ler textos. De acordo com Nunes, Buarque e Bryant (2011) essas controvérsias sobre a melhor ou mais eficaz metodologia consideram a aquisição da leitura como um processo de natureza perceptual. Muitos estudiosos Norte-americanos acreditavam que a não aprendizagem das crianças com dificuldades ou transtornos específicos de aprendizagem ocorreria pelo fato da criança não enxergar bem, e assim não compreender o que estava sendo transmitido.

[...] Foi exatamente essas concepções de leitura como uma tarefa perceptual que resultou no fato de serem as primeiras hipóteses sobre habilidades de leitura explicações perceptuais, sendo as crianças que demonstravam dificuldades de aprendizagem encaminhadas, em primeiro lugar, para oftalmologistas. (NUNES; BUARQUE; BRYANT, 2011, p. 62)

Nessa perspectiva, os autores nos lembram de que só no final da década de 1970 que se começou a pensar na relação existente entre a língua escrita e a língua falada e assim nova hipóteses surgiram para o problema das dificuldades de aprendizagem e sob a ótica de que essas dificuldades decorrem de diversos fatores, tornou-se relevante para tal compreensão à reflexão acerca do contexto sócio-político-cultural do qual os alunos emergem e que existe uma distinção entre dificuldades e transtornos de aprendizagem.

Falamos até agora de dificuldades de crianças que não apresentam transtornos de aprendizagem, mas há, nas salas com excesso de alunos da escola pública, crianças com transtornos graves de aprendizagem, que a impossibilita de aprender. O docente, na sua prática diária, consegue perceber as diferenças existentes nos níveis de aprendizagem dos alunos, mas, muitas vezes, não possui subsídio para sanar esse problema. Já que as escolas, na maioria dos casos, não possuem recursos humanos para o auxílio necessário ao aluno ou o problema ultrapassa os muros da escola, tornando, ainda mais limitado, a interferência docente.

Já os transtornos específicos de aprendizagem, de acordo com Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais- DSM-5 (2014) é categorizado de acordo com as características de suas manifestações específicas de aprendizagem. É um transtorno do neurodesenvolvimento com origem biológica, que inclui uma interação de fatores, como bem define o Manual: Ambientais que se referem ao nascimento prematuro, problemas na gestação como exposição à nicotina. Genéticos que tem origem na hereditariedade, ou seja, é herdado dos familiares. E os fisiológicos que diz respeito às funções orgânicas do indivíduo.

Esses transtornos afetam a leitura, escrita e parte da matemática, podendo se manifestar, ou serem percebidos, em todas as fases da vida do sujeito: na infância, adolescência e vida adulta, mas é na fase escolar, onde as habilidades matemáticas e de leitura e escrita são exigidas.

As pessoas com transtornos de aprendizagem possuem um retardo na aquisição das habilidades nessas áreas, porém são capazes, quando estimuladas, de desenvolverem altas habilidades em áreas que não estejam ligadas diretamente a capacidade de leitura e escrita. Gênios como Albert Einstein (ciência) tiveram um diagnóstico de Dislexia (Transtorno de aprendizagem específico de origem neurológica, caracterizada, principalmente, pela dificuldade de leitura, escrita e soletração.) que não o impediu de desenvolver-se em outras áreas do conhecimento.

O transtorno intelectual é diferente do transtorno de aprendizagem, pois as limitações dessas pessoas não afetam de forma global a capacidade cognitiva e sim áreas específicas do conhecimento, tendo, porém consequências graves para o indivíduo, dentro e fora do contexto escolar. Assim, de acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais- DSM-5 (2014, p. 73)

O transtorno específico da aprendizagem pode ter consequências funcionais negativas ao longo da vida, incluindo baixo desempenho acadêmico, taxas mais altas de evasão do ensino médio, menores taxas de educação superior, níveis altos de sofrimento psicológico e pior saúde mental geral, taxas mais elevadas de desemprego e subemprego e renda menor. Evasão escolar e sintomas depressivos comórbidos aumentam o risco de piores desfechos de saúde mental, incluindo suicidalidade, enquanto altos níveis de apoio social ou emocional predizem melhores desfechos de saúde mental.

Não existem exames específicos para o diagnóstico dos transtornos de aprendizagem. O diagnóstico se dar por meio de uma equipe multidisciplinar de psicopedagogo, psicólogo, neuropediatra, terapeuta ocupacional e fonoaudiólogo, mas além dessa equipe se faz necessária atuação ativa e efetiva da família e, principalmente, dos professores, uma vez que, os sintomas mais específicos são manifestados na escola.

O papel do professor é essencialmente importante nos primeiros momentos do diagnóstico. Por meio de uma observação atenta, ele pode orientar a família a procurar um acompanhamento especializado e por meio do relatório com o desenvolvimento comportamental e intelectual do aluno, (emitido pelo professor) os profissionais da área da saúde poderão analisar melhor o quadro.

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais- DSM-5 (2014) os transtornos específicos de aprendizagem são os seguintes: disortografia, discalculia, transtorno não-verbal de aprendizagem, disgrafia e a dislexia. Todos esses transtornos afetam a aprendizagem do aluno, tornando-se, ainda, mais graves os casos associados a outros transtornos do neurodesenvolvimento como o TDAH, Autismo, por exemplo, ou a outros transtornos mentais.

Podemos citar alguns para uma melhor entendimento de acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais- DSM-5 (2014): A **disortografia** é um transtorno que afeta a escrita, onde a pessoa não obedece às regras ortográficas da escrita, e esses erros se diferem dos erros comuns em crianças na fase de aprendizagem da escrita, pela persistência e a dificuldade que o ela tem de compreender a forma correta, de acordo com a gramática. A **discalculia**:

[...] É um termo alternativo usado em referência a um padrão de dificuldades caracterizado por problemas no processamento de informações numéricas, aprendizagem de fatos aritméticos e realização de cálculos precisos ou fluentes. Se o termo discalculia for usado para especificar esse padrão particular de dificuldades matemáticas, é importante também especificar quaisquer dificuldades adicionais que estejam presentes, tais como dificuldades no raciocínio matemático ou na precisão na leitura de palavras (SMD-5, 2014, p.67).

Já a **disgrafia** é uma dificuldade relacionada à escrita. A pessoa com esse transtorno não escreve palavras, frases ou textos de modo legível. Podemos apresentar, ainda, a **dislexia**, pois como falamos anteriormente, que é um transtorno específico de aprendizagem que é caracterizado pelas dificuldades apresentadas em algumas áreas do conhecimento, responsáveis pelo desenvolvimento da aprendizagem da leitura, da escrita, da soletração e em outros estágios, o transtorno age na parte da compreensão e interpretação de texto, porém não impede que o indivíduo desenvolva grandes habilidades, diferenciando-se, assim, dos transtornos intelectuais que limitam a pessoa e restringe as possibilidades no que concerne as habilidades ligadas à intelectualidade. Desse modo, podemos afirmar de acordo com Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais- DSM-5 (2014, p. 67) que a

Dislexia é um termo alternativo usado em referência a um padrão de dificuldades de aprendizagem caracterizado por problemas no reconhecimento preciso ou fluente de palavras, problemas de decodificação e dificuldades de ortografia.

A dislexia, assim como os demais transtornos de aprendizagem são manifestados, pela criança, na fase escolar, onde são cobradas as habilidades acadêmicas, mas ela, ainda, é muito incompreendida pela família, pelos professores e, até mesmo, por quem a possui, o que ocasiona um diagnóstico tardio.

A criança ou, até mesmo, um adulto que tenha dislexia e que não tenha diagnóstico, não consegue explicar e, nem tampouco, compreender essas dificuldades, assim o dislexo acaba sendo rotulado de incapaz, preguiçoso, burro ou até louco, tornando-o mais propício ao fracasso escolar, uma vez que o sistema diagnóstico, assim como o tratamento (quando existe) são falhos. Sem o acompanhamento adequado, a tendência é que o aluno não consiga se desenvolver no mesmo ritmo dos demais alunos e sem adquirir as habilidades, mínimas, de leitura e de escrita, ele, pode, abandonar a escola.

O passo mais importante, diante de um quadro de dislexia, é o diagnóstico, pois a escola possui um papel fundamental nesse processo. O professor, que atua, diretamente com o aluno, pode, através da observação descrever, em um relatório, o comportamento da criança em sala de aula, como ele recebe e transforma as informações, entre outras características que podem ser apontadas. A partir desse relatório, o aluno será encaminhado a uma equipe multidisciplinar, que fará o acompanhamento.

O diagnóstico do aluno, embora não seja uma tarefa fácil, é o ponto de partida e de chegada para um acompanhamento diferenciado. A criança diagnosticada com transtorno de aprendizagem específica vai precisar de um acompanhamento especializado e de uma atenção maior por parte da família e do professor e, esse acaba sendo um grande desafio à escola, pois as instituições de ensino, principalmente as públicas, não contam com profissionais especializados, o que obriga o professor a trabalhar de forma igualitária com todos os alunos, sem respeitar os que possuem limitações intelectuais.

1.2 Dificuldades de aprendizagem, fracasso escolar e seus múltiplos fatores

É impossível descrever com precisão as múltiplas causas da evasão escolar, mas podemos destacar dentro do sistema educacional de ensino aqueles que, a nosso ver, exerce maior influência no sucesso ou fracasso escolar do educando.

Mesmo com as modificações no modelo de educação, a escola, ainda, possui um papel excludente, a julgar pelas reprovações concebidas a alunos considerados inaptos para avançar de ano. Para justificar essa afirmação, nos apropriaremos das informações referentes à repetência escolar nos primeiros anos do ensino fundamental, obtidos por meio de pesquisas realizadas por Ribeiro (1991, p. 76), que mostra a quantidade impressionante de crianças de 7 aos 14 anos fora da Escola quando nos diz que o “[...] mais grave, no entanto é constatar que cerca de 1,9 milhão de crianças abandonaram a escola nesta faixa etária, na sua grande maioria pelo excesso de repetência acumuladas.”

O autor instiga aos leitores uma reflexão acerca do sistema educacional brasileiro, fazendo um questionamento se existe uma pedagogia que atua na prática da repetência ou se o sistema educacional vigente é incompetente a ponto de não conseguir recuperar o aluno.

Afunilando, ainda mais, a discussão, podemos iniciar uma reflexão voltada para a utilização de metodologias por parte de alguns professores e que não efetiva a aprendizagem do aluno. Poderíamos pensar acerca da incapacidade ou falta de uma formação adequada do professor para recuperar um aluno, no sentido de favorecer as habilidades necessárias para a leitura e a escrita nos anos iniciais do ensino fundamental.

Não buscamos uma análise isolada do trabalho docente, mas sim de toda uma conjuntura que envolve o processo educacional, embora reconheçamos que o professor é o profissional que atua diretamente no processo de ensino-aprendizagem, logo, ele assume, parcialmente, a responsabilidade no fracasso escolar do educando e/ou, em muitos casos, tem uma parcela de contribuição que faz com que o aluno seja excluído do ambiente escolar.

Quando refletimos acerca da importância do papel do professor no processo de ensino-aprendizagem, nos incitamos a pensar acerca do papel do professor mediante o processo de ensino-aprendizagem de crianças em suas mais diferentes faixas etárias. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2012, caput, Art. 5º).

Podemos dizer mediante a citação que não existe um passo a passo sequenciado de como ser um bom professor ou de como atender as necessidades dos alunos, pois esse campo de atuação é permeado por incertezas, impossibilidades e grandes desafios diários. Seria utopia, de nossa parte, acreditar que todos os problemas educacionais têm soluções, pois nossa proposta é, na verdade, convidar o profissional da educação a uma reflexão acerca da

sua atuação dentro da sala de aula, sobre as ações possíveis de serem realizadas, considerando o contexto em que vivem os alunos.

Ao professor caberá à liberdade de adaptar o currículo às necessidades do aluno. Para intensificar a nossa discussão acerca da aprendizagem do aluno nos apropriaremos dos conceitos sobre currículo apresentados por Sacristã (2000), uma vez que é fator relevante nesse processo.

Embora, o currículo seja compreendido por muitos profissionais da educação, como um conjunto de disciplinas, prontas e determinadas a serem repassadas aos alunos, o seu conceito vai muito além dessa significação. De acordo com Sacristã (2000), o currículo não define o tipo de conhecimento que será construído, o professor é elemento fundamental nesse processo de ensino aprendizagem. Embora ele seja pensado para contemplar a educação de forma geral e o professor poderá, adaptá-lo de acordo com sua realidade e construir junto com o aluno um conhecimento sólido e libertador, pois o currículo pode ser usado de acordo com a intencionalidade do professor e da própria escola considerando seu contexto.

Nesse sentido, o docente precisa estar em constante formação para acompanhar as mudanças ocorridas no contexto sociocultural, se adaptar aos contextos de incertezas da educação e adaptar suas práticas às necessidades dos alunos, promovendo uma educação de qualidade e a permanência do aluno na escola.

Muitos aspectos dentro de uma prática educativa interferem na aprendizagem. Abordamos aqui: a metodologia; os conteúdos citados anteriormente; as práticas avaliativas, dando ênfase aos testes de sondagem, que é o tipo de avaliação mais comum no processo de ensino aprendizagem das escolas, tanto públicas, quanto privadas. A nosso ver esses aspectos possuem um papel relevante na relação professo-aluno, no processo de ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, no sucesso ou fracasso escolar do educando.

Os testes de sondagem, também conhecidos como provas ou exames, usados para medir o conhecimento do aluno, acerca dos conteúdos trabalhados em sala, podem assumir uma função reprovativa, quando não possui um caráter de avaliação diagnóstica. Muitas pesquisas são realizadas no campo da avaliação da aprendizagem, mas não se chegam a uma solução que beneficie, de fato, o aluno, pois.

Os exames escolares estão aprisionados nos problemas da aprendizagem e neles se perdem, tornando difícil qualquer possibilidade de busca de solução para os problemas encontrados. A avaliação, ao contrário, por voltar-se do presente para o futuro está atenta às soluções. A função central do ato de avaliar é subsidiar soluções para os impasses

diagnosticados, a fim de chegar de modo satisfatório aos resultados desejados (LUCKESI, 2011, p.186).

Vasconcellos (2014) numa semelhante perspectiva aponta que a avaliação tem sido usada exclusivamente com o caráter aprovativo ou reprovativo, o que torna a nosso ver, esse processo excludente, no sentido de atribuir ao aluno, por meio de um exame, a característica de competente ou incompetente, atestar a sua aptidão ou inaptidão, capacidade ou incapacidade de adquirir o conhecimento sistematizado.

Assim, ao constatar a incapacidade do aluno, este ficará retido na mesma série e, certamente, por mais um ano, até que a solução, talvez mais simples, seja desistir da escola. Assim, de acordo com Ribeiro (1991, p.15)

A probabilidade de um aluno novo ser aprovado na 1ª série (2º ano) é quase o dobro do que a probabilidade daquele que já é repetente na série. Isto mostra que a repetência tende a provocar novas repetências, ao contrário do que sugere a cultura pedagógica brasileira de que repetir ajuda a criança a progredir em seus estudos

Luckesi (2011) critica o modelo excludente de avaliação, no entanto chama a atenção à relevância da avaliação no sentido de totalidade, ou seja, como método diagnóstico, onde o professor, por meio de um método avaliativo, não necessariamente uma prova ou exame possa constatar o problema ou barreira que limita a aprendizagem do aluno, sendo essa limitação diagnosticada, desenvolverá uma nova metodologia que contemple as necessidades do educando.

Para reduzir as assombrosas taxas de reprovação e, conseqüentemente, de evasão escolar foi promulgada pela LDBN (9.394/96) o sistema de ciclos e a progressão continuada, que possui como objetivo a permanência do aluno na Escola. Esse sistema de ensino tem como proposta, em um sentido amplo, a recuperação do aluno, possibilitando sua evolução no processo educativo.

Como bem salienta Freitas (2003) essa nova proposta difere do termo aprovação automática por se tratar de um processo de contínua recuperação do aluno. Essa proposta parte do princípio de que toda criança possui a capacidade de aprender. Assim, ao final do ano letivo se o aluno não se apropriar do conhecimento que lhe foi proporcionado, ela poderá no ano seguinte recuperar. Ao final do ciclo, supõe-se que o aluno tenha evoluído o suficiente para seguir uma nova etapa.

Embora a proposta de ensino dentro do processo de progressão continuada vislumbre a recuperação e a permanência do aluno na escola, há divergências, no que concerne ao

entendimento de muitos professores. No sistema educacional de ensino, na prática diária das escolas, essa proposta é vista pelos professores, em sua maioria, como uma promoção automática, onde nos remete a um sistema de ensino falho e excludente que empurra os alunos para uma série seguinte, sem que esse tenha adquirido as habilidades básicas da aprendizagem.

Desse modo, podemos refletir acerca da promoção automática ou progressão continuada, pois a mudança de nomenclatura tende a velar o sistema falho de ensino e induzir o professor ao erro de acreditar que a educação está cumprindo o papel de promover a aprendizagem de todos e nem sempre é o que vem ocorrendo.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

[...] o sujeito não interage nem se comunica com o outro por meio de letras ou de sílabas, mas de enunciados com unidade de sentido.

(SOUZA, 2003, p. 30)

Para a efetivação da pesquisa utilizamos a abordagem qualitativa, com base em materiais bibliográficos de pesquisas publicadas por diversos autores da área da educação, que abordam temas relativos à problemática aqui discutida. Realizamos a pesquisa de campo do tipo exploratória em uma Escola Pública de Ensino Fundamental na cidade de Umari/CE e utilizamos como instrumento metodológico uma entrevista semiestruturada com três (03) professores e cinco (05) alunos do 4º ano do Ensino Fundamental.

2.1 Tipo de pesquisa

Para realização da pesquisa seguimos uma abordagem qualitativa, já que estamos investigando uma realidade social que não pode ser quantificada. E para intensificar nossa afirmação e compreendermos, melhor, a pesquisa que nos propomos realizar, vamos nos apropriar de conceitos acerca das concepções do que é pesquisa na visão de alguns autores da área de metodologia do trabalho científico.

Para Minayo (2004) a pesquisa qualitativa trabalha com a realidade social das pessoas, ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse tipo de pesquisa se ocupa com uma parte da realidade que não pode ser quantificada. A diferença existente entre as abordagens quantitativa e qualitativa se dá pelos tipos de realidade social com as quais ambas se ocupam. Não existe um grau hierárquico de importância para nenhuma das abordagens. A escolha do pesquisador deve atender ao tipo de pesquisa que vai realizar, ou seja, o tipo de realidade que vai investigar.

Sendo assim, as escolhas metodológicas de uma pesquisa são relevantes, no sentido de garantir a eficácia do trabalho. Para Minayo (1994, p. 21-22)

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais

profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não pode ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Na pesquisa qualitativa, de acordo com a autora, existe uma importância fundamental na interação entre quem realiza a pesquisa e o voluntário, uma vez que o resultado depende da forma como os dados são coletados. A pessoa pesquisada poderá omitir, negar, ou até mesmo, falsificar informações, e essas atitudes poderão prejudicar o resultado da pesquisa, que é a resposta ao problema investigado.

Podemos enfatizar que é relevante que haja uma sintonia entre o pesquisador e a pessoa pesquisada e que todos os envolvidos compreendam a importância das informações disponibilizadas para que um resultado errôneo não seja introjetado no meio acadêmico e social ou utilizado como suporte teórico para outras pesquisas como verdade, e assim, ser disseminada uma falsa informação, principalmente quando o pesquisador é inexperiente e não consegue perceber algumas informações equivocadas.

Toda pesquisa segue etapas. Essas etapas se diferem de acordo com o tipo de pesquisa que será realizada e para a realização de cada tipo de pesquisa, o pesquisador seguirá etapas diferentes, mas igualmente importantes. Realizamos uma pesquisa de campo de caráter qualitativo com uma cuidadosa escolha bibliográfica, a partir de autores que realizaram pesquisas na área das dificuldades e transtornos de aprendizagem, pois o cuidado com os procedimentos metodológicos garantem um trabalho de qualidade.

De acordo com Minayo (1994) a realização do trabalho científico em pesquisa qualitativa segue três etapas muito importantes: A primeira é a fase exploratória, em seguida o trabalho de campo e a terceira etapa a análise e tratamento do material empírico e documental. Como já citamos anteriormente, todas as etapas são, igualmente, importantes, e como podemos perceber, a autora apresenta a primeira, a segunda e a terceira fases da pesquisa e não a última fase, pois uma pesquisa não faz parte de um ciclo que se fecha, como bem enfatiza Minayo (1994, p. 23) quando afirma que “[...] o ciclo da pesquisa não se fecha, pois toda pesquisa produz conhecimento e gera indagações novas. Mas a ideia do *ciclo* se solidifica não em etapas estanques, mas em planos que se complementam”.

A fase exploratória de uma pesquisa se constitui como a primeira etapa e é, na visão de Gil (2008), o tipo de pesquisa que apresenta menor rigor no seu planejamento, ou seja, o seu planejamento possui uma flexibilidade maior do que em outras etapas da pesquisa. É uma fase de conhecimento, de familiarização com a problemática em questão para torná-la mais clara para o pesquisador desenvolver suas hipóteses acerca do problema, para assim, ampliar,

explicar e alterar conceitos e ideias, ou a exploração de um assunto, ainda, desconhecido pelo pesquisador.

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. Muitas vezes as pesquisas exploratórias constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla. Quando o tema escolhido é bastante genérico, tornam-se necessários seu esclarecimento e delimitação, o que exige revisão da literatura, discussão com especialistas e outros procedimentos. O produto final deste processo passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados. (GIL, 2008, p. 27)

Nessa fase, o pesquisador vai explorar a temática por meio de uma pesquisa bibliográfica, onde poderá se apropriar dos conhecimentos disponibilizados por outros pesquisadores que vivenciaram experiências a respeito da problemática em questão. A fase exploratória norteia o pesquisador na busca de compreender sua problemática em meio ao contexto do qual emerge.

A segunda fase da pesquisa se dá por meio de um trabalho feito em campo. Sendo, esse meio, bastante utilizado por pesquisadores que trabalham com o contexto social. Sua utilização ocorre, dentre outros aspectos técnicos, pela sua flexibilidade, baixo custo e meios de coletas de dados mais acessíveis.

A pesquisa de campo é, na visão de Minayo (1994), uma estratégia que permite ao pesquisador se apropriar do conhecimento partindo da realidade presente no campo. O que possibilita a realização desse tipo de pesquisa é a curiosidade do pesquisador e a necessidade de se aproximar do contexto real da sua problemática. Se familiarizar com seu objeto de estudo por meio da investigação e questionamento ao pesquisador chegar ao conhecimento. Conforme Minayo (1994, p. 52)

[...] Esse questionamento é que nos permite ultrapassar a simples descoberta para, através da criatividade, produzir conhecimentos. Definindo bem o nosso campo de interesse, nos é possível partir para um rico diálogo com a realidade. Assim, o trabalho de campo deve está ligado a uma vontade e uma identificação com o tema a ser estudado permitindo uma melhor realização da pesquisa proposta.

De acordo com Minayo (1994, p. 53 *apud* Minayo 1992) “[...] concebemos campo de pesquisa como um recorte que o pesquisador faz em termos de espaço” restringir uma área social para compreender uma problemática que não é específica, somente, daquele contexto.

Através das informações obtidas, o pesquisador poderá, após analisá-las, comprovar ou descartar a hipóteses criadas a princípio.

Para Marconi e Lakatos (2010) a utilização da Pesquisa de Campo, permite que o pesquisador observe e investigue os fatos e fenômenos que ocorrem e/ou decorrem da sua problemática. As autoras enfatizam a importância da pesquisa bibliográfica realizada, anteriormente, ao trabalho de campo, pois essa fase permite familiarização com o tema em estudo.

Levando em consideração que uma pesquisa não permanece estática, que não é uma fonte de conhecimento acabado, mesmo quando está concluída ela, pode, suscitar novas discussões e produzir novos questionamentos. Assim, não podemos definir essa terceira fase da pesquisa como a última, pois nessa terceira fase o pesquisador vai analisar e interpretar os dados obtidos nas entrevistas. Na perspectiva de Minayo (1994, p.74) existem duas, importantes, funções dessa fase da pesquisa:

[...] Através da análise de conteúdos podemos encontrar respostas para as questões formuladas e também confirmar ou não as afirmações estabelecidas antes do trabalho de investigação (hipótese). A outra função diz respeito a descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado, as duas funções podem, na prática, se completar e podem ser aplicadas a partir de princípios de pesquisa quantitativa ou qualitativa.

Embora exista uma relação entre a análise e a interpretação dos dados coletados na pesquisa, as duas etapas são distintas, possuem funções diferentes e específicas dentro da pesquisa. A análise ou explicação, de acordo com Marconi e Lakatos (2010) é uma forma de relacionar o fenômeno estudado a outros fatores relacionados. A possibilidade de estabelecer essa relação se dá [...] “Em função de suas propriedades relacionais de causa-efeito, produtor-produto de correlação de análise de conteúdo etc” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p.151 *apud* TRUJILLO, 1974, p. 178). Por meio da análise de dados, o pesquisador poderá compreender a relação existente entre o problema e o que está subjacente a ele, o quê/ quem e/ou como surgiu o fenômeno em questão.

É um meio, também, de esclarecer até que ponto essa relação é válida, pois nessa fase é onde o pesquisador entra em contato com os dados reais, do seu contexto de investigação, no sentido de atribuí-lhes valores em relação aos seus questionamentos. Essa não é a última, nem tampouco a mais importante, uma vez que cada fase da pesquisa possui um valor essencial para a compreensão do problema, porém requer do pesquisador uma bastante

atenção, pois possibilitará a confirmação ou refutação das hipóteses desenvolvidas na fase inicial da pesquisa.

Na visão de Marconi e Lakatos (2010, p. 152) a interpretação dos dados coletados na pesquisa é:

Uma atividade intelectual que procura dar um significado mais amplo às respostas, vinculando-se a outros conhecimentos. Em geral, a interpretação significa a exposição do verdadeiro significado do material apresentado, em relação aos objetivos propostos e ao tema. Esclarece não só o significado do material, mas também faz ligações mais amplas dos dados discutidos.

Os dados obtidos serão analisados e comparados aos conhecimentos teóricos. A partir dessa relação é feita a interpretação das informações. Na perspectiva de Marconi e Lakatos (2010) algumas precauções devem ser tomadas para que o resultado da pesquisa não seja alterado: As informações só podem ser aceitas como fatos, a partir da sua comprovação; as limitações de conhecimentos no campo de pesquisa ou os conhecimentos errôneos; o envolvimento pessoal do pesquisador com o problema e a limitação ou falta de imaginação do pesquisador. Essas, dentre outras atitudes, poderão modificar o resultado da pesquisa.

2.2 Caracterização do local pesquisado e dos sujeitos da pesquisa

A Escola Municipal onde realizamos a pesquisa está localizada na cidade de Umari/Ceará. A instituição funciona, atualmente, em três turnos, pela manhã, com 05 (cinco) turmas de 1º ao 4º ano, no período da tarde, com 05 (cinco) turmas do 5º ao 9º ano e no período da noite funcionam duas salas do EJA (Educação para Jovens e Adultos), uma com as turmas do 6º e 7º ano e a outra 8º e 9º ano.

A equipe administrativa da escola é composta por um diretor; uma coordenadora do 1º ao 5º ano; uma coordenadora do 6º ao 9º ano, incluindo, também o EJA e a coordenadora do Projeto Mais Educação.

O corpo pedagógico da escola é formado por 29 docentes. O corpo administrativo é formado por 01 secretária geral, uma auxiliar de secretaria, 03 auxiliares de serviços gerais, 04 merendeiras e 03 vigias.

A instituição é um prédio Público Municipal, criado exclusivamente, para esse fim, situado na Zona Urbana, na sua estrutura física existem 18 (dezoito) áreas utilizadas, 09 (nove) salas de aulas, área livre para recreação, 03 (três) banheiros, sendo 02 (dois) para os alunos, um feminino e outro masculino e 01 (um) para o uso dos professores. Os banheiros não são adequados para crianças com necessidades especiais, 01 (uma) secretária, 01(uma)

cantina, 01(uma) dispensa, 01(um) almoxarifado, 01(uma) sala de computação e 01(uma) área coberta para recreação.

A escola dispõe de recursos e equipamentos de uso didático-pedagógico, possui um laboratório de informática, onde os alunos fazem, diariamente, uso dos computadores.

A merenda é repassada pela prefeitura. Não há uma diversificação de alimentos, o cardápio é decidido pela diretora, juntamente com as merendeiras e não há uma boa qualidade nos alimentos.

Escolhemos a sala do 4º ano por ser uma série que não está mais no ciclo de alfabetização, logo, subentende-se que esses alunos já deveriam saber ler e escrever. Essa série é conduzida por três professores. Para preservar suas identidades, bem como a dos alunos usaremos pseudônimos para nos referirmos aos mesmos. Maria José tem 39 anos e ensina Matemática e Ciências, Cristal tem 46 anos e ensina História, Geografia e Educação Física e Valentina tem 34 anos e ensina Português, Arte e Religião, todas são graduadas em Pedagogia.

Os alunos participantes estão fora de faixa, todos residem na sede da cidade de Umari/Ce, em ruas próximas à escola: José tem 16 anos, e mora com os pais, Carlos tem 14 anos é órfão de pai e mãe e mora com a tia, Flor tem 12 anos e mora com a mãe e um irmão, Pedro tem 11 anos e mora com a mãe e dois irmãos e Perola tem 10 anos, mora com os pais e três irmãos, mais velhos. Todos os voluntários são repetentes e vivem em contextos familiares diferentes.

2.3 Instrumento de coleta de dados

Para a efetivação da pesquisa realizamos uma entrevista semiestruturada contendo sete questões para os cinco alunos e sete questões para as três professoras, voluntários da pesquisa. A entrevista desenvolvida para os professores contém questões acerca do processo de ensino e aprendizagem na sala de aula e as dificuldades que os alunos apresentam na compreensão dos conteúdos, o que impede a efetivação da aprendizagem de alguns alunos do 4º ano do Ensino Fundamental.

Os alunos, por meio de uma entrevista composta por sete questões puderam expor suas opiniões acerca da não aprendizagem e, assim analisamos o ponto de vista de alunos e professores. A entrevista foi gravada e transcrita, seguindo, fidedignamente, as respostas apresentadas pelos voluntários da pesquisa. De acordo com Gil (2008, p. 109)

[...] A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizada no âmbito das ciências sociais. Psicólogos, sociólogos, pedagogos, assistentes

sociais e praticamente todos os outros profissionais que tratam de problemas humanos valem-se dessa técnica, não apenas para coleta de dados, mas também com objetivos voltados para diagnóstico e orientação. Enquanto técnica de coleta de dados, a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes.

O uso da entrevista tem por finalidade a obtenção de informações acerca de um problema social. Para Marconi e Lakatos (2010, p.178) “A entrevista é o encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”.

É fundamental enfatizarmos que a entrevista é um importante instrumento de coleta de dados para uma investigação social utilizada em diversos campos do conhecimento. Optamos pela entrevista semiestruturada, pois temos uma maior flexibilidade e a liberdade no desenvolvimento das perguntas necessárias ao conhecimento a respeito da problemática estudada.

3. ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS NA PESQUISA DE CAMPOS: DIFERENTES OLHARES SOBRE PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM

[...] E assim, seja lá como for
Vai ter fim a infinita aflição
E o mundo vai ver uma flor
Brotar do impossível chão
(MÚSICA: Sonho impossível, MARIA BETÂNIA)

Partindo da concepção de que o ensino e a aprendizagem são processos indissociáveis e que a aquisição das habilidades de leitura e escrita dependem de muitos fatores, sendo eles internos e externos ao aluno, percebemos a necessidade de pensar a relação existente entre os atos de ensinar e de aprender. Para isso, realizamos uma pesquisa de campo com os professores e alguns alunos do 4º ano do ensino Fundamental que apresentam dificuldades de aprendizagem.

A partir das respostas apreendidas, das expressões e conversas informais foi possível perceber a angústia dos professores, em se tratando dos problemas de aprendizagem do aluno. Atribuíram o problema a diversos fatores, já os alunos acreditam, ser eles, os únicos responsáveis pela não aprendizagem e atribuíram o problema a falta de atenção, por parte deles, nas aulas.

Procuramos seguir com fidedignidade os dados coletados durante a pesquisa, a fim de garantir um resultado fiel ao contexto investigado. Durante a pesquisa, analisamos, além, das respostas dadas pelos entrevistados, suas expressões de tristeza no que concerne a não aprendizagem desses alunos em sala de aula, tanto alunos, quanto professoras mostraram-se tristes, no que diz respeito às dificuldades vivenciadas com relação a aprendizagem da leitura e da escrita. Os alunos demonstraram incertezas quanto a, possível efetivação do processo, assim como os professores, também, pareciam não saber como solucionar esse problema tão grave.

Os alunos apresentaram opiniões e angústias por não saberem ler e escrever e falaram como se sentem na sala de aula, tendo essas limitações, principalmente considerando serem habilidades necessárias a cada etapa de escolarização e que deverão ser levadas em conta a cada fase. Já os professores falaram sobre uma série de fatores que impedem a efetivação da aprendizagem da leitura e da escrita, embora atribuam, em parte, a responsabilidade à indisciplina dos alunos, reforçando a questão meritocrática, introduzida em nossa cultura como verdade absoluta, eles reconhecem as falhas do sistema de ensino público, mas deixa claro que a indisciplina dos alunos dificulta muito uma aula de boa qualidade.

3.1 Aprendizagem da leitura e da escrita segundo alunos do 4º ano do ensino fundamental: ressignificar saberes

Embora os alunos tenham se mostrado tímidos e monossilábicos nas suas respostas, em alguns momentos da coleta de dados, percebemos que eles, unanimemente, se sentem bem em sala de aula. No que se refere à participação nas aulas, quatro dos alunos entrevistados afirmaram que participam, fazendo e respondendo perguntas referentes aos assuntos trabalhados, apenas uma aluna disse que não participa das aulas. Assim, podemos acompanhar no bloco de respostas:

Me sinto comportado. Gosto de escutar as professoras falando e gosto de escrever. Gosto também quando tia deixa a gente brincar com os colegas e leva brincadeiras. [...] Participo das aulas, falando as coisas que a professora pergunta (**José**).

Me sinto muito bem. O momento da aula que mais gosto é de Matemática, Português e dos ‘joguinhos’ que tia leva, eu gosto quando ela deixa nós fazer trabalhos de equipe. Porque tem conta e eu gosto de conta. [...] Participo das aulas, respondendo as coisas que tia pergunta e as vezes eu faço perguntas também (**Carlos**)

Me sinto bom e ruim, porque eu fico mexendo (brincando na hora da aula) com os alunos e não presto atenção nas aulas. A hora da aula que eu mais gosto é a de matemática. [...] Sim e não. As vezes sim e as vezes não (**Pedro**).

Me sinto bem. A hora da aula que eu mais gosto é o recreio porque eu brinco com minhas amigas e gosto também quando as professoras traz brincadeiras. [...] Participo não. Eu não sei responder as coisas. Eu fico calada (**Pérola**)

Me sinto bem. Eu gosto das aulas de Arte por que é bom, a pessoa fica melhor na sala, por que os professores ensinam direito. Nas outras aulas, quando eu vou escrever, o professor apaga o quadro e eu fico sem terminar a tarefa, porque eu escrevo de vagar, aí não dá tempo de terminar a atividade. Por isso que eu gosto das aulas de Arte porque não tem que escrever nada do quadro e gosto quando os professores trazem jogos e brincadeiras. [...] Eu participo das aulas respondendo as coisas que tia pergunta (**Flor**).

De acordo com os alunos, a sala de aula é um local onde eles se sentem bem e que, embora não tenham adquirido as habilidades de leitura e escrita, a maioria participa das aulas fazendo perguntas ou respondendo quando é solicitado, mas enfatizam a importância do brincar, da interação com os colegas, e assim, percebemos a importância da socialização para o processo de construção do cidadão por meio da educação escolar.

Diante das falas dos alunos, podemos refletir sobre a importância da convivência dos alunos em sala de aula como fator integrado ao processo de aprendizagem, uma vez que a Escola privilegia a transmissão de conhecimentos, sem uma preocupação mais acentuada com o processo de socialização entre àqueles que fazem parte da comunidade escolar.

A interação social dos alunos é um ponto importante para a efetivação da aprendizagem. Se partirmos da concepção de que um ambiente acolhedor possibilita a permanência do aluno, isso nos leva a pensar que essa permanência é o ponto de partida às múltiplas aprendizagens que o aluno poderá desenvolver na sala de aula.

Certamente, a maioria de nós se lembrará dos colegas, dos professores queridos e odiados, das brincadeiras e de alguns episódios relativos a confusões ou a festinhas comemorativas e coisas do gênero, com muito maior intensidade do que propriamente do conteúdo específico de uma matéria qualquer. Mesmo por que a escola que nossa geração frequentou preocupava-se bem mais com a transmissão de conteúdos de caráter propedêutico e pouco se importava em nos ajudar a lhes atribuir sentido, exceto de que era necessário para entrar em uma faculdade e ter uma profissão (SOUSA, 2009, p. 63).

Embora a visão sobre a educação tenha se modificado, ainda podemos perceber que as discussões sobre socialização, no âmbito escolar, sejam colocadas em segundo plano em função da valorização de conteúdos sistematizados e exigidos por meio do currículo. Não queremos minimizar a importância dos conteúdos, exigidos e trabalhados, em sala de aula, mas não podemos negar a importância das demais aprendizagens adquiridas nos espaços interativos e livres. Assim, Sousa (2009) reforça a ideia de indissociabilidade entre socialização e aprendizagem, uma vez que o desenvolvimento pleno do indivíduo, como sugere a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9.394/96) que a educação deve contemplar “[...] o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” É o conjunto de experiências vivenciadas em todas as dimensões escolares que possibilitam esse desenvolvimento.

A questão do brincar, dos jogos e das brincadeiras aparecem em diversos momentos nas falas dos alunos. Podemos citar uma fala quando o aluno diz: “As aulas são boas, mas os professores deviam fazer mais brincadeiras e esporte e ensinar mais a ler e escrever” (**Pedro**). Os alunos, embora não estejam em uma sala de alfabetização, ainda sentem a necessidade de aprender por meio de brincadeiras. E nós enquanto educadores, acreditamos em uma aprendizagem que envolva os alunos em todos os aspectos.

Diante das reflexões e dos relatos dos alunos podemos perceber que a aprendizagem vai além de técnicas e metodologias elaboradas. É um processo que envolve, de forma global, a ação docente e discente. A socialização dos alunos com a comunidade escolar vai além do fato de conviver, criar vínculos ou fortalecer os aspectos sócio afetivos. É parte essencial na construção de valores, conceitos e atitudes e a escola é, na maioria das vezes, o espaço mais favorável a essa interação.

Talvez pareça-nos estranho, alunos do 4º ano, jovens adolescentes enfatizarem tanto a questão das brincadeiras, mas a fala de **flor** quando diz que não consegue acompanhar os conteúdos, que os professores apagam o quadro antes que ela tenha terminado de copiar a tarefa e que por esse motivo prefere as aulas de Arte, revela-nos a angústia dos alunos em relação ao atraso na aprendizagem.

Esse fato nos faz compreender que as dificuldades apresentadas pelos alunos os distanciam da sala de aula, produz estranheza na relação dos alunos com os conteúdos trabalhados, assim a liberdade que a aula de Arte, que os jogos e as brincadeiras proporcionam aos alunos, minimizam esse efeito, uma vez que eles participam das aulas e se sentem parte integrante da sala.

Percebemos que os alunos ficaram tímidos e, até, um pouco constrangidos para falar de suas dificuldades, para admitirem que não dominam aquilo que é tão exigido na sala de aula e na sociedade de forma geral e, principalmente, para reconhecerem que os seus colegas da mesma sala, mais novos dominam a leitura e a escrita e eles não.

Para compreendermos a problemática, a qual estamos discutindo fizemos uma pergunta simples, porém complexa para os alunos. A indagação a seguir revelou o verdadeiro sentimento, não só nas poucas palavras proferidas, mas nos gestos, nas falas, nas expressões de tristeza que se abateu sobre cada um. Quando lhes fizemos a seguinte pergunta: Como você se sente, em sala de aula, tendo dificuldades com a leitura e a escrita? Vale salientar que a pesquisa foi realizada em momentos diferentes com cada aluno, porém as respostas parecem ter sido produzidas coletivamente, pela semelhança entre elas.

Eu fico triste... (**José**).

Me sinto muito triste (**Carlos**).

Fico 'doidim' pra aprender a ler... É porque eu tô desenvolvendo ainda (**Pedro**).

Me sinto... Me sinto muito triste, porque todo mundo sabe ler e escrever e eu não sei o que tá escrito no livro, aí fico sem fazer a atividade (**Pérola**).

Fico triste sem saber ler (**Flor**).

A emoção que acompanhou as respostas revela o tipo de educação que crianças brasileiras da escola pública estão recebendo. Isso nos leva a refletir sobre como será o futuro desses jovens. Se voltarmos a realizar uma nova pesquisa em um período de dez anos, com esses mesmos sujeitos, qual seria o resultado? Não podemos ignorar as interrogações que surgem, pois esses questionamentos nos levam a pensar na importância das práticas educativas e do conhecimento que é disponibilizado para o aluno.

Cabe-nos trazer à discussão o conceito de Solé (1998) sobre a aprendizagem da leitura e da escrita na escola e sobre a importância social que essa prática tem para além dos muros escolares, tendo ela o poder de determinar, muitas vezes, o sucesso ou o fracasso escolar do indivíduo. Na compreensão da autora a dificuldade que os alunos têm de desenvolver a leitura está presente no próprio conceito que se tem sobre o que é leitura e no significado que a escola atribui-lhe.

A leitura é compreendida, geralmente, como uma prática de decodificação, não como uma prática social que possibilitará ao aluno o desenvolvimento de novas aprendizagens, da compreensão do que está disposto nos textos e, principalmente, da independência e na autonomia para construir novas aprendizagens. De acordo com Solé, (1998, p. 46)

Quando um leitor compreende o que lê, está aprendendo; à medida que sua leitura informa, permite que se aproxime do mundo de significados de um autor e lhe oferece novas perspectivas ou opiniões sobre determinados aspectos... etc.

É importante que o aluno compreenda que a leitura não é, somente, mais uma prática exigida pela Escola, mas um conhecimento que lhe seguirá por toda sua vida escolar e social. O período escolar não é, simplesmente, uma etapa que deva se cumprir na vida dos indivíduos. É uma etapa, porém, essencialmente, importante que deve possibilitar a formação intelectual do educando e seu preparo para atuar na sociedade como parte integrante. O papel da Escola é promover uma educação de qualidade, que oportunize o conhecimento a todos com equidade, respeitando as limitações de cada um, pois como já falamos, anteriormente, cada aluno se apropria da aprendizagem de forma diferente.

Não há como ler ou ouvir relatos como os que registramos dos alunos e não pensar na crueldade que é o fracasso escolar. Mesmo quando o direito ao acesso e permanência é assegurado aos alunos, a escola não consegue fazer com que alguns se apropriem da

aprendizagem da leitura e da escrita, que são as habilidades primordiais para os alunos adquirirem novas aprendizagens.

O Manual de Alfabetizadores para Professores Alfabetizadores, disponibilizado pelo MEC (2009, p. 09), apresenta um tópico que nos chamou a atenção “A alfabetização e o fracasso escolar” mostrando que o índice do fracasso escolar no Brasil foi, sempre, um número significativo entre a população jovem do país.

Quando falamos em fracasso escolar, não estamos nos dirigido, somente, às crianças que abandonam a escola, mas também àquelas que estão na sala de aula sem perspectivas de progressão (no sentido real da palavra), naquelas que ficam retidas por vários anos na mesma série ou até mesmo àquelas que recebem uma promoção automática, chamada de progressão continuada, para nos induzir ao erro de acreditar que os alunos serão recuperados nos anos seguintes.

Por meio da pesquisa, pudemos comprovar que a reprovação não se constitui em uma ação reparadora, de fato, no sentido de manter o aluno por mais um ano para recuperar as deficiências de aprendizagem, tornando-o apto a acompanhar os conteúdos na série em que está. Os 05 (cinco) alunos voluntários da pesquisa ficaram retidos nas séries anteriores, 02 (dois) dos alunos ficaram reprovados por três anos, sendo que passaram 02 (dois) anos no 4º ano e, provavelmente, pelos relatos dos professores ficarão retidos novamente, “[...] a menos que desenvolvam a leitura” (fala de uma professora). No caso do aluno José, que completará 17 anos em 2018, será encaminhado à Educação de Jovens e Adultos (EJA) devido à defasagem idade/série e os demais permanecerão no 4º ano.

A reprovação provoca danos incorrigíveis, exclui e impossibilita a permanência dos alunos na Escola. Nesse sentido, Ribeiro (1991) chama de tragédia e perversidade essa prática de repetência adotada pelo sistema educacional, uma vez que o sistema não reprova como medida reparadora das dificuldades de aprendizagem, mas sim como meio de punir o aluno por não ter aprendido o conteúdo trabalhado, como se o aluno fosse o único responsável pelo seu baixo nível de desenvolvimento.

Essa perversidade, como o autor define a prática da repetência, foi naturalizada pelos professores, foi introduzida no sistema como uma prática educativa. Mas a nosso ver, uma prática que não recupera o aluno, não prepara para enfrentar as dificuldades que o reprovou e que o exclui da escola não poderia, jamais, ser incluída como prática educativa. De acordo com Ferreira (2010) a palavra reprovar significa retroceder, desaprovar, rejeitar entre outros significados, enquanto que foi reter, palavra pela qual foi substituída para velar o verdadeiro sentido da reprovação, significa guardar, conservar, não se desfazer. Recorremos ao

Dicionário Aurélio para esclarecer, de certo modo, os interesses subjacentes a essa mudança de nomenclatura.

Pedimos aos alunos que dessem suas opiniões sobre o fato deles não terem conseguido aprender a ler e escrever nos anos anteriores e, as respostas surpreenderam bastante, pois os cinco alunos assumiram a responsabilidade pela não aprendizagem. Passando da condição de vítimas para culpados pela não aprendizagem.

Por que eu não se comportava muito (**José**).

Por que desde criança eu não ia pro reforço, mas agora tia vai me colocar, por que o reforço do ‘Mais Educação’ não tá prestando pra mim não (**Carlos**).

Por que não prestava atenção nas aulas (**Pedro**).

Não sei... Eu acho que é por que não presto atenção no que os professores falam (**Pérola**).

Eu não prestei atenção não... (**Flor**).

Carlos atribui suas dificuldades à ineficiência do reforço do ‘Mais Educação’, que é um acompanhamento paralelo às atividades realizadas na sala regular. De acordo com o Texto Referência para o Debate Nacional (2009) esse programa é uma iniciativa do Governo Federal que visa ampliar o tempo de permanência do aluno na Escola. O programa abrange sete áreas referentes ao acompanhamento pedagógico: Meio ambiente; Esporte e lazer; Direitos humanos e cidadania; Cultura e artes, Inclusão digital; Saúde, alimentação e à prevenção. O programa funciona em cada cidade de acordo com a política educacional do município. Carlos, que possui uma dificuldade mais acentuada na área da leitura e da escrita, participa das aulas de reforço de Português, que segundo o pesquisado, não está surtindo resultados positivos.

Com exceção de Carlos, os demais alunos atribuem a si mesmos a responsabilidade da não aprendizagem, acentuam a questão da indisciplina e falta de atenção. Sabemos que a indisciplina em sala de aula é um fator agravante no processo de ensino e aprendizagem e que angustia os professores, mas o que podemos ver, subjacente às falas dos alunos é a herança cultural meritocrática, que foi introduzida como verdade, afastando do poder público, das instituições de ensino e dos educadores a responsabilidade de oferecer uma educação de boa qualidade.

A cultura da reprovação, aprovação automática, evasão e fracasso escolar naturalizou-se no meio escolar, e o que torna, ainda, mais desumano é a culpa ser atribuída ao aluno. Isso fica claro nas falas dos alunos quando dizem que não aprenderam a ler e a escrever porque não se comportaram e/ou não prestaram atenção nas aulas, como se o esforço individual fosse o fator determinante para o sucesso ou fracasso do educando. Quando inúmeras pesquisas no campo da Educação revelam que a aprendizagem e, conseqüentemente, o sucesso escolar está ligado a uma série de fatores interno externos ao indivíduo e não a capacidade interna e ao esforço de cada aluno.

Buscamos na sociologia um suporte para analisar a problemática social, como fator de exclusão do processo educativo. Para Bourdieu (1966) a escola representa a ideologia da classe dominante, reproduz a cultura da elite e os alunos que vêm das classes populares acabam por não se adaptar, uma vez que os conteúdos, a linguagem e toda organização não são pensadas para atender as necessidades dessa classe.

O que torna o processo mais excludente é o fato de todo o sistema educacional ser pensado por e para a classe dominante, e os métodos avaliativos serem utilizados igualmente para todos. Assim, os alunos são levados a acreditar que as mesmas oportunidades lhes são oferecidas, se não aprendem é incompetência de cada um. “[...] A igualdade formal que pauta a prática pedagógica serve como máscara e justificação para a indiferença no que diz respeito às desigualdades reais diante do ensino e da cultura transmitida, ou, dizendo, exigida”. (BOURDIEU, 1966, p. 53).

A falta de argumentos que justifiquem o déficit de aprendizagem sem culpabilizar o sistema educacional de ensino e sem atestar a incapacidade da escola de alfabetizar força o aluno a assumir a culpa. Ele é levado a acreditar que se os demais aprenderam, a culpa é, exclusivamente, dele por que não observou com atenção o que os professores explicaram. Percebemos que esse conceito está presente nos discursos dos alunos, professores e pais, sendo mais intenso entre os professores. Nesse sentido, somos levados a pensar que com essa visão, fica complicado para pais e professores perceberem um possível transtorno que venha a existir em algum aluno e, de que modo esse aluno seria tratado.

A participação da família no processo de aprendizagem do aluno é um fator essencialmente importante para sua formação integral. Pelas respostas apresentadas pelos alunos quando perguntamos se recebem ajuda de algum adulto na hora de fazer as atividades de casa e como é essa ajuda, percebemos pelas falas que essa ajuda acontece em alguns momentos, mas que não ocorre da forma ideal:

Às vezes, eu recebo ajuda da minha mãe. Ela me ensina e eu vou fazendo (**José**).

Recebo ajuda da minha tia. Ela vai fazendo as perguntas e eu vou respondendo (**Carlos**).

Sim e não. Quando eu recebo é da minha mãe, ela vai dizendo as letras e eu vou escrevendo... Eu tô desenvolvendo um pouquinho, mas eu ainda não tô aprendendo muito não (**Pedro**).

Às vezes minha mãe vai dizendo e eu vou fazendo (**Pérola**).

Recebo ajuda de mãe, ela ler as coisas e, eu faço (**Flor**).

Todos os alunos deixam bem claro que essa ajuda acontece, somente, as vezes e pela forma como falam que as mães ou a tia (no caso de Carlos) ajudam dizendo como faz, lendo a questão, fazendo perguntas ou dizendo as letras, nos leva a inferir que esse acompanhamento dos responsáveis não é uma rotina presente na vida dos alunos, ela ocorre esporadicamente e que não supre a necessidade dos mesmos.

Houve, no momento em que os alunos respondiam ao questionário, uma pausa significativa em suas respostas. Eles pensaram algum tempo para falarem que recebiam essa ajuda. Como o registro das falas foi gravado, pudemos observar o modo como cada um se comportou no momento da pesquisa. Pedro intensifica o tom da fala quando diz: “quando recebo”. O que nos dá margem para refletir sobre o tipo de acompanhamento que os alunos têm e o que, de fato, eles necessitam para um melhor desenvolvimento.

Os pais ou aqueles que cuidam da criança são responsáveis por toda a sua formação, que inclui se fazer presente na escola para acompanhar o desenvolvimento do aluno e acompanhar nas atividades de casa. Infelizmente, essa obrigatoriedade da família está muito distante do contexto escolar real e, como percebemos pela fala dos professores e alunos, que se repete em diversas respostas, mesmo em indagações diferentes, é um assunto que incomoda os dois grupos e, que impede, na visão de alunos e professores, que a aprendizagem aconteça. Assim, cabe à escola desenvolver meios que envolva os pais, como evidencia Vasconcelos (1989, p. 80):

[...] Uma das melhores formas de se atingir a família é através dos próprios filhos; daí a relevância da escola desenvolver um trabalho participativo, significativo, em que realmente o aluno se envolva e entenda o que está sendo proposto para ele. Desta maneira, o próprio filho terá argumentos para ajudar os pais a compreender, a proposta da escola.

Para o autor, a escola deve oportunizar a participação dos pais nesse processo, envolvendo-os nas atividades, de modo que eles se sintam parte da escola e que compreendam

a importância das práticas educativas integradas a participação dos pais. Os professores devem pensar no que está sendo feito para atraí-los. Pois a família só é convidada à escola, no dia das mães, dos pais e para ouvir reclamações dos filhos.

Podemos comprovar através do nosso dia-a-dia em sala de aula que quando há o apoio dos pais direcionados às necessidades dos educandos, a aprendizagem acontece de forma mais assertiva. Com o apoio e a interação dos responsáveis com a Escola é mais provável que a formação integral do aluno aconteça. Infelizmente esse não é o quadro mais comum de se ver no contexto Escolar. É comum ouvir, entre professores, muitas lamentações em relação a participação dos pais na educação dos filhos.

Inúmeros autores da área da educação, alguns citados no nosso referencial teórico, atribuem as dificuldades de aprendizagem a fatores internos e externos aos alunos e a família é parte essencial no processo de aprendizagem em ambos os fatores. No sentido de acompanhar a criança, oferecendo-lhe suporte financeiro, emocional, afetivo e estabelecendo um vínculo com a escola, para que nessa parceria o trabalho docente se efetive com mais qualidade.

No caso de crianças com transtornos específicos de aprendizagem, como bem salienta o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais- DSM-5 (2014) quando traz a importância do papel da família no diagnóstico precoce e no tratamento. A família é a primeira instituição formadora e é com quem a criança, o adolescente e o jovem passa a maior parte do seu tempo e não se constitui como aluno isolado dos processos vivenciados na família. A formação familiar é uma bagagem da qual o aluno não se desfaz ao entrar na sala de aula. Se o aluno tem o hábito de estudar, escutar os adultos, rotinas bem definidas e respeito pelo outro no meio familiar, certamente levará à sala de aula.

É comum ouvir entre educadores (Colegas professores) que alunos cujos pais acompanham as atividades de casa, se desenvolvem melhor e por meio da fala dos alunos da contribuição dos inúmeros autores analisados podemos perceber a importância da participação dos pais ou responsáveis no desenvolvimento da aprendizagem e da formação integral dos alunos.

A atividade de casa deve ser um momento de interação, de troca de conhecimento e principalmente, um momento de análise sobre o quê os alunos estão aprendendo e quais suas dificuldades. Mas no contexto real, cujos pais de muitos alunos são analfabetos e não têm condições de ajudar os filhos nas tarefas esse quadro se torna ainda mais complexo por que exige, dos professores, um esforço maior. Ferreiro, (2011, p.59)

Os estudos comparativos com população de diversas procedências sociais e nacionais nos permite afirmar que é muito o que a escola pode fazer para ajudar as crianças, especialmente aquelas cujos pais, analfabetos ou semianalfabetos, não possam transmitir-lhes um conhecimento que eles mesmos não possuem. O professor é quem pode minorar esta carência, evitando porém de ficar prisioneiro de suas próprias convicções: a de um adulto alfabetizado.

Quando questionamos os alunos acerca do que eles mais gostam de fazer na aula e o quê, na opinião deles, os professores poderiam fazer para tornar as aulas melhores, as respostas foram sincronizadas. Quatro deles responderam que as aulas deviam ser diferentes, mas não sabiam por que. Eles ressaltaram a importância de aprender a ler e a escrever, apresentaram sugestões acerca de como eles acreditam que poderiam desenvolver uma aprendizagem mais eficaz, eles acreditam que se tivesse um tempo a sós com o professor, eles aprenderia a ler e a escrever.

Do ponto de vista do aluno, embora não esteja explícito em suas falas, mas podemos observar a necessidade, que eles acreditam ter, de ficarem em um ambiente sozinhos com o professor para conseguirem aprender, nos leva a pensar nos processos indissociáveis de ensinar e aprender. Essas sugestões apresentadas pelos alunos é um pouco utópica, pois os professores estão sobrecarregados e não teriam condições de atender individualmente os alunos. Percebemos, também, nas falas a importância que eles atribuem a leitura e a escrita e que eles acreditam que os professores poderiam fazer mais do que fazem para efetivar essa aprendizagem quando dizem:

As aulas deviam ser diferentes. Eu sabendo ler e escrever. Devia ter outras coisas. A professora devia ensinar a ler, eu acho (**José**).

As aulas deviam ser muito diferentes, Porque a pessoa sem saber ler, o professor tem que ensinar. O professor devia ensinar, só eu e ele, na hora do recreio e quando terminar a aula (**Carlos**).

As aulas são boas, mas os professores deviam fazer mais brincadeiras e esporte e ensinar mais a ler e escrever (**Pedro**).

Não sei... os professores podiam fazer umas atividades mais boas. As que eles passam são muito difíceis eu não consigo fazer porque não sei ler (**Pérola**).

As aulas deviam ter as professoras ensinando a pessoa a ler.
As professoras deviam botar o alfabeto todinho pra eu aprender as letras e ficar lendo as coisas (**Flor**).

Reforçando o que já foi dito anteriormente a partir da concepção de Ferreiro (2011) e com base nos depoimentos dos alunos podemos constatar que o ensinar do professor só afetará, positivamente, o aluno se partir da forma como ele aprende. Nenhuma metodologia será eficiente se não contemplar a necessidade do aluno. Não estamos atribuindo a não aprendizagem dos alunos, aqui destacados, aos professores, mas estamos constatando que as práticas metodológicas dos professores, não só dos atuais, mas de todos por quem esses alunos passaram, falharam, não atenderam ao que, de fato, esses alunos precisam.

Embora não seja o único responsável, o professor atua diretamente com os problemas da não aprendizagem, assim ele não pode ser isento da responsabilidade. No que diz respeito a prática educativa, deve ser um movimento constante de reflexões e na medida em que houver a necessidade, modifica-la e adequá-la, para que a educação cumpra seu papel social, o de preparar, criticamente, o educando para assumir a posição de sujeito no processo de construção da sociedade. De acordo com Freire (1991, p. 58)

Ninguém começa a ser educador numa certa terça-feira às quatro a tarde. Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão sobre a prática.

O professor precisa buscar constantemente, meios para se aperfeiçoar, pois o profissional mais capacitado pode exercer mais adequadamente sua atividade, que é mediar a aprendizagem e possibilitar o desenvolvimento humano de todos os seus alunos, no horizonte de um projeto emancipador.

Os alunos reconhecem a importância social da leitura e da escrita e desejam aprender, porém um conjunto de fatores, que inclui as técnicas de ensino e aprendizagem, os impossibilitou. Não existe um responsável ou até mesmo um único fator que tenha bloqueado essa aprendizagem, porém os alunos não podem ser colocados na função de culpados, quando na verdade são as vítimas desse sistema falho de ensino. Insistimos e podemos comprovar por meio dessa pesquisa que existe uma série de fatores dos quais dependem a aprendizagem dos alunos. Sejam os métodos, o contexto sociocultural em que os alunos estão inseridos, a família, fatores internos, como os transtornos específicos de aprendizagem ou qualquer outro fator e que todos esses fatores deverão ser levados em consideração para que seja possível o ensino da leitura e da escrita.

3.2 Ensino da leitura e da escrita segundo professoras do 4º ano do ensino fundamental: ressignificar práticas pedagógicas

A leitura e a escrita são as habilidades mais exigidas do sujeito em quase todas as etapas da vida. Desde a sua entrada na Escola, quando ainda é bem pequeno e não compreende a importância dessas práticas, seguindo por toda sua vida escolar e social. Inúmeras e, até, incontáveis atividades realizadas no dia a dia de cada pessoa requerem o conhecimento dessas técnicas. Na escola, a leitura é a maior responsável por possibilitar ao aluno novas aprendizagens e a autonomia de novas descobertas. Na vida em sociedade, a leitura e a escrita são, essencialmente, importantes para que o cidadão se aproprie dos seus direitos básicos e possa viver com independência, sendo parte do meio em que vive.

O que nos intriga e nos indigna e também a todos aqueles que se preocupam com os problemas educacionais, como as dificuldades de aprendizagem das crianças da escola pública brasileira são os inúmeros fatores que assombram a educação. Através dos relatos dos professores, comprovando nossos pressupostos, podemos perceber que são muitos os problemas que impossibilitam a aprendizagem dos alunos. Perguntamos aos três professores: Quais são as maiores dificuldades encontradas pelos professores do 4º ano dessa instituição, na realização do trabalho pedagógico em sala de aula. Todas relataram os mesmos problemas, a indisciplina, a ausência da família no acompanhamento dos filhos e a falta de material didático.

São inúmeros os problemas encontrados, citarei alguns: Parte dos alunos não estarem alfabetizados, falta de material didático, temos que trabalhar, apenas, com o quadro, giz e o livro didático, A falta de acompanhamento da família e a indisciplina. **(Professora Valentina)**

A maior dificuldade é alcançar os objetivos planejados a cada mês por motivo de indisciplina dos alunos, a falta de material (Quando tem folha, não tem tinta na impressora) só tem um quadro e um giz e a falta de acompanhamento da família. **(Professora Cristal)**

A falta de material didático, a ausência das famílias e a indisciplina dos alunos. **(Professora Maria José)**

Podemos perceber, pelos relatos cheios de angústias, que os problemas enfrentados pelas três professoras são os mesmos. Essa ausência dos pais, também é sentida pelos alunos e, isso fica claro na fala deles. A falta de material didático pedagógico impossibilita a eficácia do trabalho. As professoras, ainda trabalham com o ‘velho’ quadro negro e o giz, ou melhor, só com esse material, basicamente, que além de oferecer sérios riscos à saúde, ainda, sendo esse meio o mais utilizado, é uma herança muito forte do tradicionalismo.

Diante dos diversos problemas elencados pelas professoras, sentimos a necessidade de retomarmos, nesse bloco, a problemática da meritocracia como fator integrante na

aprendizagem, pois percebemos sua presença marcante (sua repetição nas inúmeras respostas dadas às indagações feitas) nas falas dos professores e dos alunos investigados, como também em suas práticas, sendo disseminado por toda sociedade brasileira. Estamos assistindo ao sucesso da cultura dominante em detrimento da cultura dominada de forma naturalizada, e ainda condenando as vítimas e ‘fechando os olhos’ à essência do problema.

Com efeito, para que sejam favorecidos os já favorecidos e desfavorecidos os desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos, e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais das crianças das diferentes classes sociais. Em outras palavras, tratando os educandos por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura (BOURDIEU, 1966, p. 53).

A citação do autor reforça o que diz Ribeiro (1991) quando nos acende a discussão sobre a pedagogia da repetência, sobre a educação oferecida que ao invés de educar, como de fato deve ser, impossibilita o aluno superar as dificuldades e ascender no processo educativo.

Não estamos defendendo a indisciplina dos alunos, nem tampouco ignorando os efeitos desse comportamento em relação às dificuldades por eles apresentadas, pois quando os alunos não colaboram para que a aula aconteça, o professor não consegue transmitir os conteúdos, pois o falar e o escutar se completam, assim como o ensinar e o aprender. Mas, enquanto educadores, precisamos identificar o que está subjacente a esses comportamentos, já que, na visão dos alunos e professores é o maior desafio na luta por uma aprendizagem de qualidade.

Existe uma urgência em compreender algumas questões ligadas ao comportamento dos alunos e a educação recebida pela família, que na visão da professora Cristal a indisciplina está ligada a esse fator e deixa claro o seu pensamento quando responde a seguinte questão: para você quais os fatores predominantes nos problemas de aprendizagem dos alunos do 4º ano?

A falta de acompanhamento dos pais, a indisciplina, a falta de interesse dos alunos e a falta de recursos didáticos. (**Professora Valentina**)

A falta de acompanhamento dos pais, como também, ausência de limites em casa, que leva os alunos a não seguirem as normas da Escola e, assim os professores perdem, o tempo que seria gasto ensinando, corrigindo e reclamando os alunos. (**Professora Cristal**)

A indisciplina, em minha opinião, é o maior problema dessa sala. O professor não consegue falar, assim o aluno não cai aprender. (**Professora Maria José**)

Vasconcelos (1989, p. 125) cita que:

Percebemos duas realidades contraditórias nas famílias: ou a ausência de regras, ou a imposição autoritária de normas. Muitas vezes, por um medo interno de não serem aceitos, os pais acabam não estabelecendo e/ou não fazendo cumprir os limites, levando a uma relação muito permissiva. Outras vezes, sentindo necessidade de fazer alguma coisa, mas não tendo clareza, acabam impondo limites, sem explicar a razão. A superação desta situação pode se dar pelo diálogo, com afeto e segurança, chegando a limites razoáveis. Assim sendo, têm-se condições de não ceder diante da insistência infantil.

O termo indisciplina, usado pelas três professoras, nos remete, automaticamente, a um comportamento negativo dos alunos. Garcia (2006) nos convida a uma reflexão acerca da indisciplina dos alunos. Contrariando o entendimento que muitos professores possuem sobre o que é ser um aluno disciplinado. O comportamento do aluno, muitas vezes, é expresso de acordo com as regras existentes no ambiente escolar, embora sejam elaboradas para garantir a organização, os alunos, nem sempre concordam com essas imposições e tendem a descumpri-las. O aluno que infringe as regras ganha o título de aluno indisciplinado.

Não estamos advogando em favor do descumprimento das regras elaboradas pela Escola, o que estamos propondo é uma reflexão acerca de qual disciplina faz sentido na Escola, ou melhor, se devemos conter o aluno ou rever as regras da Escola. Mas não podemos cometer o erro de confundir indisciplina com incivilidade. De acordo com Garcia (2006) a indisciplina na Escola pode ser compreendida como o descumprimento das regras impostas, enquanto que incivilidade abrange questões mais amplas, é uma ruptura no contrato social entre aluno e Escola, trata-se de regras também, mas existe uma abrangência maior do que a indisciplina, nesse caso fere as regras de convivência. Quando o aluno rompe com essas regras, ele passa a desrespeitar o espaço de convivência entre os demais, as opiniões e as vivências, praticando os diversos tipos de agressões, como física, psicológica e verbal.

O número de alunos nas salas de aula das escolas públicas brasileira não é favorável à aprendizagem, talvez, seja esse um dos grandes problemas do comportamento negativo dos alunos. Uma sala com trinta alunos, sem recursos didáticos, onde o professor precisa mantê-los ocupados por quase quatro horas, não gera, somente, o déficit de aprendizagem, como também o desgaste físico e mental dos profissionais, trazendo o desestímulo. E, como em uma pilha, organizada, de dominó, uma peça quando cai, derrubará a próxima. Assim é o sistema

educativo, como bem enfatiza Ferreiro (2011), o ensinar e o aprender são dois processos inseparáveis, logo as atitudes docentes e discentes não podem ser analisadas separadamente.

Em relação ao acompanhamento da família, é notória a ausência dos responsáveis, sendo esse um dos grandes empecilhos, na visão das professoras, para que a aprendizagem dos alunos aconteça. É obrigação do Estado e da Família de proporcionar uma formação integral do indivíduo. Essa obrigatoriedade está presente na Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96; no texto da Constituição Federal (CF, 1998) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), e mesmo com tantas garantias, ainda, não se efetiva.

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996, Art. 2º)

Podemos comprovar através do nosso dia-a-dia em sala de aula que quando há o apoio dos pais direcionados às necessidades dos educandos a aprendizagem acontece de forma mais assertiva. Com o apoio e a interação dos responsáveis com a Escola é mais provável que a formação integral do aluno aconteça. Infelizmente esse não é o quadro mais comum de se ver no contexto Escolar. É comum ouvir, entre professores, muitas lamentações em relação a participação dos pais na educação dos filhos.

Indagamos as professoras se é realizado na sala do 4º ano um diagnóstico para identificar os alunos com dificuldades de aprendizagem e qual é a periodicidade desse teste. No fator avaliação, que para Vasoncellos (2014) essa prática tem sido usada pelos professores como uma prática de exclusão do aluno do processo de educação, onde os professores, quase sempre, utilizam a avaliação, ainda chamada de prova, como um teste para constatar, não a eficácia do seu método ou se o aluno se apropriou dos conhecimentos, mas como técnica de puni-lo por ele não ter aprendido o que lhe foi ensinado.

É aplicada uma prova, duas vezes no ano, para diagnosticar para verificar como os alunos estão se desenvolvendo. (**Professora Valentina**)

Mensalmente se faz um diagnóstico para detectar as deficiências de linguagem, escrita e matemática das crianças, ou seja, um diagnóstico para saber em qual dos níveis os alunos estão como isso procuramos planejar, mediante as dificuldades para superar suas deficiências. (**Professora Cristal**)

é realizado um diagnóstico duas vezes no ano, uma no início e outra no final. No início e no final do ano. (**Professora Maria José**)

A indagação feita às professoras diz respeito a avaliação diagnóstica, aquela que, na visão de Vasconellos (2014) tem o sentido de analisar como o aluno está se desenvolvendo e a partir dessa análise, que não é feita necessariamente por meio de uma prova escrita, o professor vai identificar o que o aluno deixou de apreender e buscar meios para recuperá-lo. No entanto a professora Cristal falou da avaliação mensal que é aplicada aos alunos. Esse tipo de avaliação que quase todas as Escolas utilizam é, na concepção de Luckesi (2011), uma forma, velada, de excluir o aluno de atestar sua incapacidade de alcançar o sucesso escolar. Já as duas professoras falaram de uma avaliação realizada duas vezes no ano, uma quando se inicia o ano, para que o professor conheça as dificuldades enfrentadas pelos alunos e outra no final do ano letivo para analisar se as deficiências foram reduzidas.

Na sequência dos questionamentos, foi perguntado o seguinte: Inúmeras pesquisas realizadas mostram que existe uma relação indissociável nos atos de ensinar e aprender. Como você avalia a eficácia da metodologia utilizada no 4º ano? Ainda se tratando de avaliação, mas agora do trabalho docente.

Acredito que deixa, um pouco, a desejar, uma vez que não está alcançando o resultado desejado com a maioria dos alunos. **(Professora Valentina)**

A metodologia é centrada em como a criança aprende. O professor ensina mediante as teorias de educadores que estudam e observam, de fato, como as crianças aprendem. Nesta instituição é feito, mesmo, diante das dificuldades encontradas o possível para que os alunos aprendam. **(Professora Cristal)**.

A metodologia é boa, mas falta vontade de aprender. **(Professora Maria José)**

Os relatos dos professores, que foram bastante divergentes reforça a ideia de que cada professor possui um método, próprio, de ensinar. O depoimento da professora Cristal, está de acordo com Ferreiro (2011), que acredita que a aprendizagem não depende, somente, da metodologia, mas em especial da forma como o aluno aprende. Parece-nos tão óbvio, mas na prática, nem sempre é possível. A julgar pela fala das professoras Valentina e Maria José, uma admite que sua metodologia não é eficaz enquanto a outra atribui a culpa ao aluno, e nesse jogo de empurrar a culpa sempre para o outro quem sofre as consequências são os alunos.

Num mundo de mudança veloz, estamos nós, no século XXI, nascidos no século XX, usando métodos que vinham do século XIX. E quando dá errado em sala de aula, qual o nosso argumento? 'Esses alunos não sabem nada' ou 'esses alunos não querem nada' (CORTELLA, 2014, p. 23).

Não sendo o único fator nem, tampouco, o menos importante, a metodologia docente, ou seja, o conjunto de técnicas empregadas pelo professor para dar sustentabilidade a sua prática diária tem um papel relevante no processo de aprendizagem da leitura, da escrita e de todos os conhecimentos sistematizados que o aluno deve adquirir na vida escolar, aqueles que são de responsabilidade da Escola. Logo, não podemos nos isentar da culpa pelo fracasso escolar dos alunos. Somos, enquanto professores, parte integrada nesse processo. E como enfatiza Cortella (2014) somos parte, também, do que dar errado na vida escolar dos alunos, e o fato de atribuímos a culpa a eles ou a qualquer outro fator não nos isenta da responsabilidade. Eu poderia até me arriscar em apontar possíveis soluções para melhorar o processo de ensino e aprendizagem, baseada na realidade ou nas leituras feitas ao longo da pesquisa, mas cada realidade requer ações diferenciadas.

3.3 Dificuldades ou transtornos de aprendizagens: o que pensam professoras

Nesse questionamento, o cerne recaiu sobre a diferenciação entre dificuldades e transtornos de aprendizagem, que a nosso ver é um dos graves fatores que impedem a aprendizagem dos alunos. A questão abordada foi a seguinte: Você acredita que possui conhecimento para diferenciar uma criança que apresenta dificuldades e transtornos de aprendizagem? Em casos de crianças com transtornos, quais os procedimentos adotados?

Não temos formação para dar um diagnóstico, mas sou capaz de identificar quando uma criança possui uma dificuldade, pois o desenvolvimento dela será diferente das demais. O procedimento que deve ser realizado é, juntamente com a família, procurar o serviço especializado do município, mas como falei anteriormente, a família, nem sempre acompanha e quando acompanha, nem sempre aceita que seu filho tenha 'algum problema'.
(Professora Valentina)

Sim. Mesmo sem uma especialização é possível detectar, devido às experiências de muitos anos trabalhando com crianças com transtornos e dificuldades de aprendizagem. Nem sempre é possível ajudá-los, pois por que muitas vezes não encontramos apoio das famílias. Sabemos que para tornar possível o acompanhamento é necessário que a família procure uma equipe multidisciplinar.
(Professora Cristal)

Não tenho nenhuma formação na área, mas como professora de 20 anos de docência, consigo saber que uma criança não está no mesmo nível de desenvolvimento dos outros. As crianças com transtornos, quando a família entende que ela precisa de um acompanhamento diferenciado, são encaminhadas para uma equipe de profissionais especializados.
(Professora Maria José)

Para não ficar enfadonha a leitura, analisaremos a questão seguinte, já que exige as mesmas análises, pois se trata da mesma temática, e como em tantas outras questões, a família aparece como fator primordial. Na sequência dos questionamentos, foi perguntado o seguinte: As famílias dos alunos com dificuldades e/ou transtornos participam de forma efetiva, para um melhor desempenho desses alunos?

As famílias mais presentes são as dos alunos que não apresenta nenhum problema, nem de comportamento e nem de aprendizagem. Isso nos leva a pensar na importância do papel da família nesse processo de educação. Nós não temos nenhum aluno com diagnóstico de transtornos de aprendizagem. **(Professora Valentina)**

Na maioria das vezes não. Isso torna o trabalho docente mais difícil, pois o apoio da família é muito importante para, juntos (Escola e família), procurarmos uma solução para os problemas das dificuldades e transtornos encontrados nos alunos. **(Professora Cristal)**

Quanto mais problemas apresentam os alunos, menos a família está presente. **(Professora Maria José)**

As professoras, que afirmam não possuir formação na área dos transtornos específicos de aprendizagem, acreditam ser possível perceber quando uma criança possui algum tipo de transtorno, devido à experiência em sala de aula, em decorrência da forma como esse aluno se comporta ou recebe os conhecimentos disponibilizados. É importante que todos os profissionais que atuam no campo da educação possuam conhecimentos científicos, mínimos possíveis, para lidar com a problemática, uma vez que alguns transtornos específicos de aprendizagem possuem características comuns à falta de interesse, a indisciplina e até a irresponsabilidade da família.

Não julgamos necessário definir e diferenciar, detalhadamente, os transtornos específicos e as dificuldades de aprendizagem, nesse tópico, já que foi feito anteriormente. O que buscamos aqui é intensificar o debate acerca dos problemas da aprendizagem. De acordo com o MDS-5 (2014, p.68) os transtornos de aprendizagem afeta o neurodesenvolvimento e possui origem biológica “Uma característica essencial do transtorno específico da aprendizagem são dificuldades persistentes para aprender habilidades acadêmicas fundamentais.” Afeta a aprendizagem do aluno, porém é um fator interno, independe do contexto sociopolítico cultural em que o aluno está inserido, não estamos falando do desenvolvimento da criança com esses transtornos, estamos falando da origem neurobiológica que podem afetar qualquer sujeito. Já as dificuldades de aprendizagem sem origem biológica estão associadas a todas vivências do aluno.

Os transtornos específicos de aprendizagem como a Dislexia, disgrafia, disortografia e discalculia, se não estiverem associados a outras patologias, não apresentam disfunções comportamentais, embora o aluno tende a se comportar em desacordo com o que lhe é imposto como meio de ignorar sua incapacidade de se adequar a metodologia utilizada pelo professor. Quando isso ocorre, ao invés do professor buscar as causas, faz um julgamento prévio e rotula o aluno de incapaz, preguiçoso, incompetente e, até, de burro. É importante compreender que os alunos, crianças, adolescente, jovens e até adultos, não conseguem expressar o real problema. Assim, nem o aluno e nem o professor sabem, por que a aprendizagem não acontece e nesse jogo o aluno não é encaminhado ao acompanhamento interdisciplinar.

O diagnóstico é a parte mais importante no que diz respeito aos Transtornos de aprendizagens, e só será possível se houver uma atenção especial por parte da família e, principalmente dos professores, para perceberem a diferença na aprendizagem e encaminha, juntamente com a família a uma equipe multidisciplinar, que possa diagnosticar e buscar meios desses alunos aprenderem. Para isso é necessário que os profissionais da educação, os professores mais especificamente, possuam o mínimo possível de conhecimento acerca dos principais transtornos e da diferença entre transtornos e dificuldades de aprendizagem, para assim realizar o encaminhamento correto do discente.

Não julgamos necessário definir e diferenciar, detalhadamente, os transtornos específicos e as dificuldades de aprendizagem, nesse tópico, já que foi feito anteriormente. O que buscamos aqui é intensificar o debate acerca dos problemas da aprendizagem. De acordo com o MDS-5 (2014, p. 68) os transtornos de aprendizagem afeta o neurodesenvolvimento e possui origem biológica “Uma característica essencial do transtorno específico da aprendizagem são dificuldades persistentes para aprender habilidades acadêmicas fundamentais.” Afeta a aprendizagem do aluno, porém é um fator interno, independe do contexto sociopolítico cultural em que o aluno está inserido, não estamos falando do desenvolvimento da criança com esses transtornos, estamos falando da origem neurobiológica que podem afetar qualquer sujeito. Já as dificuldades de aprendizagem sem origem biológica estão associadas a todas vivências do aluno.

O acompanhamento pelos profissionais especializados, a participação da família e as estratégias didáticas utilizadas pelo professor vão possibilitar à criança o desenvolvimento da leitura e da escrita e de outras habilidades do aluno. Segundo Teles (2004, p. 718)

Não existe um teste único que possa ser usado para avaliar a dislexia, devendo ser realizados testes que avaliem as competências fonológicas, a linguagem compreensiva e expressiva (a nível oral e escrito), o funcionamento intelectual, o processamento cognitivo e as aquisições escolares. Os modelos de avaliação que se revelam mais eficientes são os que conduzem diretamente à implementação de estratégias de intervenção que tenham em conta os dados obtidos na avaliação [...].

Citamos a dislexia por ser o transtorno mais específico da leitura e da escrita, e é o que de fato nos interessa.

A última indagação feita às professoras queria saber o seguinte: O que você acha que pode ser feito para reduzir as dificuldades de aprendizagem dos alunos do 4º ano?

Mudar alguns métodos de ensino (ensinar aquilo que a criança é capaz de aprender) conscientizar os alunos e a família da importância da aprendizagem e desenvolver medidas que reduzam a indisciplina. **(Professora Valentina)**

Procurar estabelecer uma parceria entre escola e família, desenvolver novos métodos de ensino e organizar projetos que diminuam o mau comportamento dos alunos. **(Professora Cristal)**

Primeiro os alunos precisam querer aprender, depois os professores precisam de mais recursos para desenvolver melhor as aulas e por fim a família precisa ajudar. Com esse tripé: Família, Escola e alunos, todos empenhados, a aprendizagem acontecerá com certeza. **(Professora Maria José)**

As possíveis soluções apontadas pelos professores estão voltadas aos principais problemas, discutidos em todo o texto. Desta forma destaca-se a importância do papel da família, no sentido de participação na vida escolar dos discentes, mesmo os pais possuindo limitações acadêmicas devem encontrar meios de participar das atividades realizadas em casa e frequentar a escola para, juntamente com os professores, desenvolver estratégias de estudos e, assim possibilitar a aprendizagem dos alunos com dificuldades e transtornos de aprendizagem.

Para Ribeiro (1991) O esforço da família em manter os filhos na escola não significa uma escolarização mais competente. O que, na visão do autor, nos leva a acreditar que para a família, o mais importante é manter os filhos na escola do que a própria aprendizagem. O que não é muito diferente do que a escola, muitas vezes, propõe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que os estudos bibliográficos e a pesquisa de campo realizados nesse trabalho, assim como os resultados alcançados na pesquisa, ampliaram nossa visão acerca das dificuldades de aprendizagens dos alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental.

Investigar um problema de tão grande dimensão, que afeta uma parcela significativa da população brasileira, e que é ao mesmo tempo, naturalizada, nos fez perceber a urgência de políticas públicas que possibilitem a inclusão, de fato, do aluno das classes pobres na escola pública. Percebemos que a ótica de alunos e professores se converge em alguns pontos, principalmente na responsabilização do culpado pela não efetivação da aprendizagem. Como pesquisadores e educadores, atuantes na Escola pública, podemos perceber que a realidade é cruel, pois o sistema educacional falha com o papel de oferecer educação de qualidade a todos e, ainda induz alunos e professores a acreditarem que a culpa é dos alunos.

Através desse estudo é possível perceber os inúmeros fatores subjacentes às dificuldades de aprendizagem da leitura e da escrita, sendo eles internos e/ou externos, como: A participação da família na vida escolar dos educandos, e na relação família/escola, o problema da indisciplina dos alunos em sala de aula, a falta de recursos didáticos pedagógicos, os fatores sociopolíticos culturais, a atuação do professor em sala de aula e sua metodologia, bem como a inabilidade do profissional docente, diferenciarem uma dificuldade do transtorno específico de aprendizagem, bem como para encaminhar o aluno com transtornos específicos de aprendizagem a uma equipe especializada, entre outros problemas.

A pesquisa releva que as dificuldades de aprendizagens da leitura e da escrita, presente na grande maioria dos alunos da escola pública é a maior responsável pelo fracasso escolar dos educandos, pois quando o aluno não adquire essas habilidades, acaba ficando retido por muitos anos na mesma série, ou sendo aprovado sem ter condições de acompanhar a série seguinte, o que, nos dois casos, levará a desistência do aluno ou ainda, que levará a evasão escolar.

As avaliações, que não possuem caráter diagnóstico, não possibilitam ao professor encontrar o problema que impossibilita a aprendizagem, assim sem a intervenção necessária o aluno não recebe o acompanhamento adequado, no que diz respeito as dificuldades e aos transtornos específicos de aprendizagem.

Embora nenhum dos alunos entrevistados, tenha diagnóstico de transtornos específicos de aprendizagem, percebemos a importância dos professores terem o mínimo, possível, de conhecimentos nessa área, para oferecer o suporte necessário em caso de alunos que

apresentem características comuns a de crianças com transtornos específicos de aprendizagens, uma vez que o professor é quem atua diretamente com o aluno, nesse caso ele deverá, por meio de relatórios, realizar, junto com a família, o encaminhamento para a equipe especializada.

Percebemos que os alunos que não sabem ler e escrever tem uma dificuldade maior em se sentir parte do processo educativo. Na pesquisa os alunos demonstraram estranheza com os conteúdos trabalhados em sala e como medida reparadora, sugeriram mudanças de metodologias das professoras. Assim, é possível perceber a necessidade de mudanças de estratégias por parte do professor para tornar as aulas mais atrativas e despertar, no aluno, o desejo de está na escola e de se familiarizar com as novas aprendizagens.

A Escola precisa, urgentemente, trabalhar em uma perspectiva transformadora na relação que constituiu com as famílias, uma vez que pela fala dos alunos e professores investigados, sentimos a necessidade da participação da família na vida escolar dos alunos. A pesquisa revela que os alunos que recebem o acompanhamento dos pais se desenvolvem melhor.

No que diz respeito à indisciplina dos alunos, é necessário antes de qualquer ação punitiva, compreender as causas, o que leva os alunos a não se comportarem na sala de aula e não sentirem o desejo de aprender. O percebemos por meio da pesquisa é que a responsabilidade da não aprendizagem é atribuída ao aluno e, que enquanto a política meritocrática imperar na Escola, o problema não será solucionado.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. A. **Escola Conservadora**: as desigualdades frente à escola e à cultura. In NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. *Escritos de Educação*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases Nacional. (LDBN)** Brasília, DF, Senado, 1996.

Brasília : Mec, Secad, **2009**. (Série Mais Educação). ISBN 978-85-60731-74-9. 1. **Educação integral**. 2. Programa Mais Educação. I. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação.

CARDOSO, Beatriz; TEBEROSKY, Ana. (organizadoras) **Reflexões sobre o ensino da leitura e da escrita**. (Tradução) Beatriz Cardoso. (Prefácio) Maria Bernadete M. Baurre.-5. ed. Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas; Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

DIAS, Ana Iorio. **Ensino da linguagem no currículo**. Coleção para professores. V. 5- Fortaleza- CE, Tropical, 2001.

DOCUMENTO DE APRESENTAÇÃO: Programa de formação de Professores Alfabetizadores. Ministério da Educação Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010. 2222 p. ISBN 978-85-385-4198-1.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre a alfabetização**. Coleção: questões de nossa época; v.6- São Paulo, Cortez, 2011.

FERREIRO, Emília e TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: ArtMed, 2008

FREIRE, Paulo. **A importância do ato ler**: em três artigos que se completam.-v.13. São Paulo, Cortez, 2000.

_____ **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. Instituto de Geografia e Estatística do Brasil. 2004. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/> acesso em: 25 jun. 2017

LOPES, Paulo Eduardo Vasconcelos de Paula; ZOLA, Marcia Cristina Modesto Marques; PORFIRIO, Rita Helena. **Progressão continuada e sistemas de ciclos**: reflexões acerca da políticas de não reprovação acerca das políticas de não reprovação. Revista do Mestrado em Educação, v.10, n. 19, p. 32-39. Campo Grande, MS, 2004.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Primeira constatação:** a Escola pratica mais exames que avaliação. In: _____. Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico. 1. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS [recurso eletrônico]: **DSM-5** / [American Psychiatric Association; Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento... et al.] ; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ...[et al.]. 5. ed. Dados eletrônicos. Porto Alegre: Artmed, 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia. 7. Ed.- São Paulo: Atlas 2010.

MINAYO, M. C. de S. [et al.] (Org.) **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994

NUNES, Terezinha; BUARQUE, Lair; BRYANT, Peter. **Dificuldades na aprendizagem da leitura:** teoria e prática. Coleção questão da nossa época; v. 33. São Paulo: Cortez, 2011.

RIBEIRO, Sergio Costa. **A pedagogia da repetência.** Estudos Avançados. Print version Online. **vol.5, n. 12, P. São Paulo, May/Aug.1991.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103>> acesso em: 02 de maio de 2017

SACRISÁN, J Gimeno. **O currículo:** uma reflexão sobre a prática, 3ª ed. Porto Alegre, ArtMed, 2000.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura.** (Trad.) Claudia Schilling, 6. ed.-Porto Alegre: Arned, 1998.

SOUSA, Margarete Ferreira do Vale de. **Socialização, desenvolvimento e aprendizagem.** In: FERREIRA, Adir Luiz (organização) A Escola socializadora: Além do currículo tradicional. Natal-RN: EDUFRN, 2009.

TELES, Paula. Dislexia: como identificar? Como intervir?. **Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar**, [S.l.], v. 20, n. 6, p. 713-30, nov. 2004. ISSN 2182-5173. Disponível em: <<http://www.rpmgf.pt/ojs/index.php/rpmgf/article/view/10097/9834>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **A avaliação classificatória e excludente e a inversão fetichizada da função social.** In: FERNANDES, Claudia de O. (org.). Avaliação das aprendizagens: sua relação com o papel social da Escola. São Paulo, Cortez, 2014.

_____. **Disciplina:** construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola. 7. ed. São Paulo: Libertad, 1989.

APÊNDICE A



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante,

Sou estudante do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande, *campus* de Cajazeiras/PB e realizo uma pesquisa sob a supervisão da Prof^a. Dr^a Zildene Francisca Pereira (UFCG), que tem como título: DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DE ALUNOS DO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, cujo objetivo é analisar as principais dificuldades de leitura e escrita de alunos de 4º ano do Ensino Fundamental.

Sua participação envolve uma entrevista, que será gravada, se assim você permitir, e terá duração aproximada de vinte minutos. A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a). Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você contribuirá com a produção de conhecimento científico na área educacional.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa contatar com a Professora Orientadora Zildene Francisca Pereira, e-mail: denafran@yahoo.com.br e a Pesquisadora Leila Aparecida Maciel de Lavor, e-mail: Leila.jlm@hotmail.com

Atenciosamente,

Assinatura da Estudante
Matrícula: 212230116

Assinatura da Professora Orientadora

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que recebi uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante Voluntário (a) da Pesquisa

RG:

NOME DO ALUNO:

_____, _____, junho de 2017.

APÊNDICE B



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante

Sou estudante do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande, *campus* de Cajazeiras/PB e realizo uma pesquisa sob a supervisão da Prof^ª. Dr^ª Zildene Francisca Pereira (UFCG), que tem como título: DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, cujo objetivo é analisar as principais dificuldades de leitura e escrita de alunos de 4º ano do Ensino Fundamental.

Sua participação envolve uma entrevista, que será gravada, se assim você permitir, e terá duração aproximada de vinte minutos. A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a). Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você contribuirá com a produção de conhecimento científico na área educacional.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa contatar com a Professora Orientadora Zildene Francisca Pereira, e-mail: denafran@yahoo.com.br e a Pesquisadora Leila Aparecida Maciel de Lavor, e-mail: Leila.jlm@hotmail.com

Atenciosamente,

Assinatura da Estudante
Matrícula: 212230116

Assinatura da Professora Orientadora

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que recebi uma cópia desse documento.

Assinatura do Responsável pelo Voluntário (a).

RG:

_____, _____, junho de 2017

APÊNDICE C



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO



QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Nome do aluno _____
Professora 1: _____
Professora 2: _____
Professora 3: _____
Série: _____
Endereço: _____
Data de Nascimento: ____/____/____ Idade: _____
Nome da Mãe: _____
Profissão da mãe: _____ Idade da mãe: _____
Nome do Pai: _____
Profissão do Pai: _____ Idade do pai: _____
Responsável: _____ Idade: _____
Parentesco do responsável: _____

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO**



ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Como você se sente na sua sala de aula?
2. Qual o momento da aula que você mais gosta?
3. Você participa das aulas (fazendo perguntas, respondendo o que as professoras perguntam e fazendo as atividades)?
4. O que você mais gosta de fazer na aula?
5. Em sua opinião, por que não conseguiu aprender a ler e escrever nos anos anteriores?
6. Você recebe ajuda de algum adulto da sua família para fazer as atividades de casa? De quem? Como é essa ajuda?
7. Para você, como deveriam ser as aulas? O que as professoras poderiam fazer, em sala, para melhorar as aulas?

APÊNDICE D



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO



QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO

2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Escola: _____

Idade: _____ Estado civil: _____

1.1 FORMAÇÃO BÁSICA:

Magistério: () Sim () Não Ano de conclusão: _____

Científico: () Sim () Não Ano de conclusão: _____

Graduação em Pedagogia período: _____

Outra Graduação (qual): _____

Especialização: _____

Ano de conclusão: _____

Tempo de docência na escola: _____

Quais turmas já lecionou e/ou leciona tanto na mesma escola, quanto em outras: _____

Turnos em que trabalha: manhã () tarde () noite ()

Tempo de serviço na escola: _____

Tempo de docente com a faixa etária em que trabalha atualmente: _____



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO**



ROTEIRO DE ENTREVISTA

8. Quais são as maiores dificuldades encontradas pelos professores do 4º ano dessa instituição, na realização do trabalho pedagógico em sala de aula?
9. È realizado um diagnóstico para identificar os alunos com dificuldades de aprendizagem? Qual é a periodicidade desse teste?
10. Inúmeras pesquisas realizadas mostram que existe uma relação indissociável nos atos de ensinar e aprender. Como você avalia a eficácia da metodologia utilizada no 4º ano?
11. Para você quais os fatores predominantes nos problemas de aprendizagem dos alunos do 4º ano?
12. Você acredita que possui conhecimento para diferenciar uma criança que apresenta dificuldades e transtornos de aprendizagem? Em casos de crianças com transtornos, quais os procedimentos adotados?
13. As famílias dos alunos com dificuldades e transtornos participam de forma efetiva, para um melhor desempenho desses alunos?
14. O que você acha que pode ser feito para reduzir as dificuldades de aprendizagem dos alunos do 4º ano?